



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

CONTRATANTE

Município de Ponta Grossa/PR

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR

CNPJ: 76.175.884/0001-87

UASG: 987777

Órgão: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Endereço: Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900. Ponta Grossa/PR

OBJETO

A presente licitação tem como objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para **execução de serviços especiais de engenharia consistente na elaboração de projetos de pavimentação urbana e obras de arte especiais incluindo ensaios, estudos, projetos, cronograma e orçamentos**, pregão eletrônico através do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **Termo de Referência, ANEXO 1** deste edital.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA ESTA LICITAÇÃO

R\$ 13.721.387,50 (treze milhões e setecentos e vinte e um mil e trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE PREÇOS

Dia 25/02/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior desconto, por item (lote)

MODO DE DISPUTA

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME / EPP / EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

LINKS ÚTEIS

Compras.gov.br.

[Diário Oficial do Município de Ponta Grossa/PR](#).

[Portal da Transparência](#).

[Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

[Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR](#).

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Pregoeiro: Loriane Menger dos Santos

Portaria nº 26.037/2025

E-mail: loriane.menger@gmail.com

Telefone: (42) 3220-1000 - ramal 1003.

Horário: 08:00 até às 11:30 e das 12:30 até às 17:00.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

1. Sumário

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO.....	1
LINKS ÚTEIS.....	1
1. DO OBJETO.....	4
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	5
3. DOS ANEXOS.....	5
4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR.....	5
5. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	6
6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	7
7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	8
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO.....	10
9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES.....	11
10. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
11. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO.....	17
12. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	18
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	19
14. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.....	21
15. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO.....	25
16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	25
17. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	25
18. DOS RECURSOS.....	26
19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.....	27
20. ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	27
21. PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS.....	27
22. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	28
23. CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	29
24. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO.....	30
25. DO REAJUSTE CONTRATUAL.....	30
26. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL.....	30
27. DO REEQUILÍBRIO.....	31
28. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.....	31
29. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS.....	32
30. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.....	32
31. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	33
32. DO TERMO DE CONTRATO.....	35
33. CADASTRO DE RESERVA.....	36



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

34. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	37
35. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	37
ANEXO 1.....	40
ANEXO 2.....	41
ANEXO 3.....	42
ANEXO 4.....	43
ANEXO 5.....	44
ANEXO 6.....	45
ANEXO 7.....	46
ANEXO 8.....	55



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

Torna-se público que o **Município de Ponta Grossa/PR**, através do Departamento de Compras e Contratos da Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Visconde de Taunay, 950, no bairro da Ronda, nesta cidade, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 26.037/2026, realizará a licitação sob a modalidade **pregão eletrônico - SRP**, do tipo maior desconto por grupo – Global, conforme descrito neste edital e seus anexos.

O presente pregão é baseado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Decreto nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, todas com as alterações posteriores e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Este edital está disponível aos interessados no Portal da Transparência, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda disponibilizado no portal do Compras.gov.br, plataforma onde será realizado o processo deste certame.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para **execução de serviços especiais de engenharia consistente na elaboração de projetos de pavimentação urbana e obras de arte especiais incluindo ensaios, estudos, projetos, cronograma e orçamentos**, através do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **Termo de Referência, ANEXO 1** deste edital.

1.2 A licitação será dividida em grupos, formados por dois itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3 Lotes

Lote	Bairros	Item 1 - Projetos de Pavimentação	Item 2 - Projetos de Obras de Arte Especiais	Total do lote
1	Chapada e Distrito de Uvaia	R\$ 2.268.323,75	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.268.323,75
2	Piriquitos, Boa Vista, Jardim Carvalho, Orfãs, Neves, Nova Rússia, Centro, Bairro Novo e Distrito de Piriquitos	R\$ 2.268.323,75	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.268.323,75
3	Ronda, Contorno, Estrela, Colônia Dona Luiza, Oficinas e Distrito de Guaragi	R\$ 2.851.607,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.851.607,00
4	Cará-cará, Uvaranas, Itaiacoca, Olarias e Distrito de Itaiacoca	R\$ 2.333.133,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.333.133,00
	Total			13.721.387,50

OBS.:

- Aos itens 1 e 2 de cada lote da tabela e aos subprodutos da **Tabela Referencial - ANEXO IV do Termo de Referência**, será aplicado linearmente o desconto ofertado pela proponente.
- A especificação técnica dos itens é obtida por meio de aproximações com os códigos CATMAT/CATSER, não sendo passível de edição pelo órgão promotor do certame. Assim, sempre que houver divergência entre a especificação apresentada no sistema



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

Compras.gov.br e a descrição constante no Termo de Referência ou no Edital, prevalecerá a especificação contida no Edital.

1.4 Valor máximo estimado para este pregão: **R\$ 13.721.387,50 (treze milhões e setecentos e vinte e um mil e trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

1.5 Informa-se que este valor é uma estimativa inicial para a fase de lances e disputa deste pregão pelos licitantes.

1.6 As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e poderá haver a elaboração do Termo de Contrato ou a sua substituição por outro instrumento equivalente, similar e legal, da forma prevista na lei nº 14.133/2021.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 O orçamento estimado desta licitação não será de caráter sigiloso.

2.2 A indicação da dotação orçamentária será efetivada apenas na emissão das contratações, que será vinculada à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício.

2.3 Esta licitação ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
Cód.Red. 2070

Órgão: 25.002.15.451.0088.1.275./3.3.90.39.00.00

Recurso Próprio: 1000

2.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

3. DOS ANEXOS

3.1 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

ANEXO 2 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O LICITANTE VENCEDOR.

ANEXO 3 - DECLARAÇÕES CONJUNTAS.

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DAS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

ANEXO 5 - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA.

ANEXO 6 - DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISITA TÉCNICA

ANEXO 7 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO 8 - MINUTA DO CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.2 Os valores constantes do anexo 1, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR

4.1 Este pregão será realizada em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia - em todas as suas fases através de **pregão eletrônico no Compras.gov.br**.

4.2 A participação neste pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.4 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

4.5 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

4.6 A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10 Os trabalhos serão conduzidos preferencialmente por empregado efetivo municipal, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Compras.gov.br, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- j) encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;
- k) declarar o vencedor;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.11 A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e também todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

6.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.3 Que não estejam cumprindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

6.4 O proponente precisa estar ciente de todos os documentos de habilitação exigidos, bem como precisa ter ciência das informações e obrigações decorrentes desta licitação.

6.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6 É vedada a participação de empresas que:

- a) aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto desta licitação;
- c) concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- f) empresas estrangeiras que não tenham representação ou filial no País;
- g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- k) agente público do órgão ou entidade licitante;
- l) organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

6.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

6.8 O impedimento de que trata o item 5.13 “g” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.13 “e” e 5.13 “f” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.11 O disposto nos itens 5.13 “e” e 5.13 “g” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.13 A vedação de que trata o item 5.14, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria jurídica.

7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

7.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência quando indicados no Termo de Referência, para usufruir do benefício.

7.6 O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.7 No item exclusivo para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

7.8 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (ME), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa.

7.9 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada, ou por superação dos limites de receita bruta anual, de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

7.10 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

- a) cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

7.11 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 e/ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, e neste edital.

7.12 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

7.13 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.14 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.17 Caberá ao licitante interessado em participar desta licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.18 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.19 Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do orçamento em 17/11/2025.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 O preenchimento da(s) proposta(s) no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) desconto total do grupo;

8.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

8.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.9 As propostas que ao final da disputa e da negociação estiverem com valores superiores ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item/grupo) poderão ser desclassificadas.

8.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8.12 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

8.13 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

8.14 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização competentes, após o devido processo legal.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste edital.

9.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão de Apoio e os licitantes.

9.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8 Ante a previsão contida no art. 19 da IN nº 73/2022, Acórdão nº 1.625/2021 - TCU-Plenário, visando coibir a oferta de descontos irrisórios por parte de licitantes, prática que prejudicaria a competitividade em certames e, por consequência, a obtenção de melhores propostas, e como não há determinação nas normativas em relação ao valor a ser estabelecido para o intervalo mínimo entre lances, o qual fica submetido ao critério discricionário do órgão contratante, fica definido que:

a) a estipulação do percentual a ser definido no edital está na esfera discricionária do órgão, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à medida que a legislação não determina o valor que se deve nele inserir;

b) diante disso, poderá ser estabelecido o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta poderá ser de 0,5% (cinco décimas por cento), podendo ser convertido em valor numérico (R\$ - reais) conforme artigo 57 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.15 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021.

9.16 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação/Comissão de Apoio.

9.17 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

9.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.19 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

9.20 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

9.21 Nessas condições, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até **10% (dez por cento)**, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.22 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.23 Caso a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de até **10% (dez por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.27 Em conformidade com o disposto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê como critério de desempate entre duas ou mais propostas o desenvolvimento de programa de integridade pelos licitantes, esta Administração Pública Municipal informa que adotará tal critério neste certame, seguindo as regras da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 até que haja regulamentação específica local, para não comprometer a isonomia, a transparência e a segurança jurídica do processo licitatório.

9.28 A comprovação, caso seja exigida, pode se dar através de documentos que descrevem a estrutura do programa, como a cópia do Código de Ética e Conduta, cópia dos Relatórios de Implementação e Monitoramento do Programa atestando a realização de avaliações de risco, treinamentos, canais de denúncia e a resposta a desvios.

9.29 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- a) empresas estabelecidas no território do estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

9.30 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão de Apoio poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.32 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

9.33 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.34 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.35 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.36 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

9.37 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.38 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.13 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNJ;
- c) Consulta consolidada de pessoa jurídica - TCU;
- d) Cadastro de restrições ao direito de contratar / exercer cargo em comissão - TCE/PR;
- e) Cadastro de empresas penalizadas - PMPG/PR.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

10.2 Poderá o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a seu critério, promover a juntada das certidões do item 10.1, juntamente com os documentos de habilitação. A não apresentação dos documentos acima não acarretará na inabilitação do licitante.

10.3 A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

10.4 Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Agente de Contratação/Comissão de Apoio diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.7 Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.8 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.9 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.10 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão de Apoio verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

10.11 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

10.12 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão de Apoio examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

10.13 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.14 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone 42-3220-1129, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.15 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.16 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.17 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, especialmente quando os valores de desconto ofertados forem superiores a 25% (vinte e cinco por cento), deverá o Agente de Contratação/Comissão de Apoio conceder prazo de 24 horas para o licitante demonstrar documentalmente a exequibilidade de sua proposta comercial, tendo em vista a inversão do ônus da prova, conforme Acórdão nº 1.927/2024 do Tribunal Pleno do TCE/PR e conforme Instrução Normativa nº 73/2022, art. 34.

10.18 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.19 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10.20 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.21 Para fins de julgamento da proposta, será considerada a proposta final enviada pelo licitante. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para o município de Ponta Grossa/PR, o licitante poderá, mediante justificativa, corrigir ou alterar a marca ou modelo do item, com a anuência da Administração Pública. Esta julgará a proposta final do licitante, observando as especificações do item com base no Termo de Referência.

10.22 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

10.23 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

10.24 Os resultados das avaliações serão publicados em Diário Oficial do Município (DOM), juntados ao processo eletrônico e divulgados por meio de anexos no sistema.

10.25 O Agente de Contratação/Comissão de Apoio realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

10.26 O Agente de Contratação/Comissão de Apoio concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

10.27 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.28 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.29 O Agente de Contratação/Comissão de Apoio poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, através de e-mail ou do campo próprio do sistema, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

a) o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Comissão de Apoio, por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Comissão de Apoio;

b) dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Comissão de Apoio, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

c) dessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas.

10.30 Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Comissão de Apoio suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

10.31 O Agente de Contratação/Comissão de Apoio poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

10.32 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.33 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Comissão de Apoio verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

11. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO

11.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

11.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.6 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

11.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.8 Fica a critério do(a) Agente de Contratação(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, somente durante a disputa de lances.

11.9 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do **maior desconto** registrado.

11.10 O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.11 No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Agente de Contratação(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão de Apoio persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão de Apoio aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.13 O sistema informará a proposta de **maior desconto** imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Agente de Contratação(a) acerca da aceitação do lance de **maior desconto**.

11.14 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11.15 Se a proposta ou o lance de **maior desconto** não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Agente de Contratação(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o(a) Agente de Contratação(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

12. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

12.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de **maior desconto** não tiver sido ofertada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta de **maior desconto**, será procedido o seguinte:

a) a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via chat de comunicação do pregão para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;

c) não sendo vencedora a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.



13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A habilitação dos fornecedores não será verificada exclusivamente por meio do SICAF, devendo o licitante apresentar os documentos de habilitação exigidos no item 14, bem como os anexos do edital. Portanto, a apresentação do documento do SICAF não substitui a apresentação dos documentos de habilitação do item 14.

13.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.5 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.6 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

13.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos ou nos documentos exigidos no edital.

13.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.10 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.11 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão de Apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.12 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente do tipo PDF, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da convocação/solicitação do Agente de Contratação/Comissão de Apoio.

13.13 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

13.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.15 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.16 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.17 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.12, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, para sanear os comprovantes de habilitação para atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, no prazo mínimo de duas horas para:

a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.18 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.19 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

13.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

13.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.24 A condição de pré-existência do documento de habilitação será avaliada, tendo por base a data de abertura da sessão pública do certame quanto ao licitante vencedor, e a data do aceite, após a convocação, quanto aos licitantes remanescentes.

13.25 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los,



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

em formato digital, por meio do sistema, no prazo de duas horas até cinco dias úteis, a depender da documentação solicitada, sob pena de inabilitação. (Art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67/2021).

13.26 Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1 Da inserção de documentos

14.1.1. Os licitantes deverão apresentar a situação de regularidade na forma dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021, sendo os documentos a serem apresentados para cumprimento destas exigências conforme relação abaixo.

14.1.2. Não serão aceitos documentos enviados via e-mail.

14.1.3. Documentos encaminhados e que estejam ilegíveis, impossibilitando a análise por parte do Agente de Contratação, poderão sofrer diligência para sanar a dúvida.

14.1.4. A proposta final e os documentos de habilitação e documentação técnica deverão ser anexados em campo próprio no sistema Compras.Gov no prazo de até 2 (duas) horas após o término da fase de disputa do certame, preferencialmente em formato PDF. Somente da empresa indicada como vencedora.

14.1.5. Em relação às assinaturas dos documentos exigidos no momento da habilitação, todos deverão estar assinados, podendo ser de forma digital, eletrônica, física ou com firma reconhecida em cartório, pelo representante legal da proponente.

14.1.6. Recomenda-se que preferencialmente sejam no formato digital ou eletrônico.

14.2 Da habilitação jurídica

14.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

14.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

14.2.3. Registro comercial, no caso de empresa individual.

14.3 Da habilitação fiscal, social e trabalhista

14.3.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**).

14.3.2. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente. No caso de municípios que mantêm **Cadastro Mobiliário e Imobiliário** separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

14.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

14.3.4. Prova de regularidade relativa à **Fazenda Nacional**, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, através da **Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa**



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

da **União**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

14.3.5. Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011).

14.3.6. Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

14.3.7. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Em caso de isenção, a licitante deverá apresentar declaração informando tal situação ou declaração narrativa.

14.4 Da habilitação econômico-financeira

14.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante.

a) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa da comarca do cartório distribuidor de onde se encontra instalada a filial.

b) Na falta de validade expressa nas Certidões Negativas, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

14.4.2. Para as empresas que optarem por participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa do cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

14.4.3. A certidão negativa de falência do Distrito Federal só será aceita quando a empresa licitante tiver sua sede naquela unidade federativa.

14.4.4. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, por meio dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

14.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

14.4.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

14.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

14.5 Da habilitação técnica profissional e operacional

14.5.1 O profissional indicado pelo licitante deverá participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

14.5.2 Capacidade Técnico-Profissional

Apresentação de pelo menos um atestado fornecido pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrado no CREA ou CAU, ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, em nome do profissional indicado no



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

item 14.5.1, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços: **elaboração de projeto de pavimentação e elaboração de projeto de pontes de concreto armado.**

14.5.3 Capacidade Técnico-Operacional

Apresentação de pelo menos um atestado fornecido pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra onde fique comprovado que a licitante executou serviços de:

Lote 01: elaboração de projeto de pavimentação, em quantidade mínima de 17 km; e elaboração de projeto de pontes de concreto armado, em quantidade mínima de 25 m.

Lote 02: elaboração de projeto de pavimentação, em quantidade mínima de 17 km; e elaboração de projeto de pontes de concreto armado, em quantidade mínima de 25 m.

Lote 03: elaboração de projeto de pavimentação, em quantidade mínima de 21 km; e elaboração de projeto de pontes de concreto armado, em quantidade mínima de 25 m.

Lote 04: elaboração de projeto de pavimentação, em quantidade mínima de 17 km; e elaboração de projeto de pontes de concreto armado, em quantidade mínima de 25 m.

OBS: Caso uma empresa seja vencedora de dois ou mais lotes, a quantidade apresentada no(s) atestado(s) deverá ser maior ou igual à soma dos quantitativos exigidos em cada lote.

14.5.4 Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do serviço objeto do Edital, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da licitante. As certidões emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo o(a) Agente de Contratação ou a Equipe de Apoio, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

14.5.5 Certidão de registro de pessoa física no CREA ou CAU, em nome de cada profissional detentor de atestado apresentado em atendimento ao subitem 14.5.1, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição do domicílio do profissional.

14.5.6 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

b) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

14.5.7 Na hipótese do item anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

14.6 Da participação de empresas em consórcio

14.6.1. Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, além dos documentos exigidos acima, devem ser apresentados os seguintes:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

14.7 Das declarações

14.7.1. A(s) declaração(ões) devem(rão) ser assinada(s), podendo ser de forma digital, eletrônica ou física pelo representante legal da proponente, com timbre e identificação da empresa e com data:

- a) declarações conjuntas.
- b) declaração de cumprimento as normas de medicina e segurança do trabalho.
- c) declaração de visita técnica ou de sua renúncia.

14.7.2. Poderá ser utilizado o(s) modelo(s) da(s) declaração(ões) no(s) anexo(s) do edital.

14.7.3. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

14.7.4. Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

14.7.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 43 da Lei nº 147/2014.

14.7.6. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.7.7. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

14.7.8. As declarações falsas relativas ao cumprimento de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

14.7.9. Na falta de validade expressa nas Certidões Negativas e/ou documentos emitidos sem prazo de validade, deverão ser apresentados com data de emissão inferior ou igual 90 (noventa) dias corridos.

15. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO

15.1 As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

15.1.2 Não serão aceitos documentos para habilitação enviados via Correios ou via e-mail.

15.1.3 Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução.

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

15.1.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Contrato.

15.1.5 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

15.1.6 Caso haja problemas na inserção dos documentos a empresa deverá entrar em contato com o suporte do sistema eletrônico, para saná-los, por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados via sistema eletrônico - chat - para acompanhar a sessão reaberta.

17. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório, e deverão ser encaminhados via e-mail informado no edital.

17.2 ao Agente de Contratação encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo setor técnico responsável ou pela Procuradoria Jurídica, conforme o caso.

17.3 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (razão social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e/ou e-mail).



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

17.4 Os esclarecimentos serão prestados pelo Agente de Contratação e divulgados em sítio eletrônico oficial do município de Ponta Grossa/PR (Portal da Transparência) no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 e art. 81 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

17.5 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6 Quaisquer pessoas são partes legítimas, inclusive os interessados em participar da licitação, poderão impugnar os termos do presente edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 em até três dias úteis, antes da realização do certame, devendo se manifestar via e-mail, cabendo ao Agente de Contratação encaminhar o pedido aos responsáveis para análise e decisão sobre a impugnação.

17.7 A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial do município de Ponta Grossa/PR (Portal da Transparência), no Portal Compras.gov no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.8 As impugnações poderão suspender os prazos previstos no certame.

17.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

17.10 A petição pleiteando a impugnação deverá ser direcionada ao Agente de Contratação, e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.

17.11 A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, poderá não ser conhecida.

17.12 Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

18. DOS RECURSOS

18.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 O prazo recursal é de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Agente de Contratação poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção em campo próprio de sistema, que será incluído no processo da licitação, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de três dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

18.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

18.9 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

18.9 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.11 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que se encontra definida no Decreto Municipal nº 21.500/2023, em seu art. 16, inciso VIII.

18.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal da Transparência.

18.15 A falta de manifestação no prazo estabelecido em edital, autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

18.16 A manifestação deve especificar o fato que justifica a alegação de inexecutibilidade da proposta, de não atendimento de requisito de habilitação, ou de outra causa que impõe a revisão do ato que declarou o vencedor do certame.

18.17 Os recursos deverão conter a qualificação do recorrente, a decisão recorrida, as razões do recurso, o pedido de nova decisão e já deverão ser instruídos com todos os documentos que o recorrente achar pertinente para a comprovação das suas alegações.

18.18 O recurso somente terá eficácia se o representante legal da recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste pregão.

18.19 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

18.20 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital se excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.21 A decisão final proveniente das impugnações e recursos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal da Transparência juntamente com o parecer jurídico, sendo que deste ato não caberá recurso.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 O objeto da licitação será adjudicado / homologado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

20. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 Poderá ser admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, desde que prevista no Termo de Referência.

21. PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

21.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

21.2 Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

22. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 Após a homologação da licitação, o fornecedor melhor classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados.

22.2 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada, aceita pela Administração.

22.3 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

22.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e formalizar nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.5 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.6 Será incluído na ata:

- a) a relação dos fornecedores pela ordem de classificação final no processo licitatório e as respectivas quantidades a serem fornecidas;
- b) o preço unitário do primeiro classificado com a menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;
- c) o valor total estimado para aquisição;
- d) os órgãos ou demais entes usuários do registro;
- e) a alusão do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos e nas propostas, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

22.7 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

22.8 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

22.9 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos. O ato de prorrogação da vigência deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

22.10 Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

22.11 Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes e/ou entes, devidamente autorizados pelo órgão gerenciador, mediante consulta das informações de consumo dos exercícios anteriores.

22.12 Diante da prorrogação da vigência e renovação do saldo original, os limites de adesões previstas nos § 4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 serão todos restabelecidos, não cumulando com adesões do período anterior.

22.13 É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora do mesmo objeto, sem prejuízo das disposições do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

22.14 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

22.15 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

22.16 A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral, inclusive quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro.

22.17 Com relação aos acréscimos ou supressões só será possível quando houver instrumento de contrato.

22.18 Havendo alteração na Ata, estas poderão ser realizadas por aditivo.

23. CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

23.2 Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

23.3 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços têm características próprias e geram efeitos contratuais, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas na legislação vigente.

23.4 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

23.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

23.6 Havendo alteração contratual, estas poderão ser realizadas por aditivo.

23.7 A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, assinar ou retirar o instrumento contratual equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações passíveis: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, e impedimento de



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

licitar pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos, conforme art. 5º, II e art. 8º, VII, ambos do Decreto Municipal nº 21.635/2023.

23.8 Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato, do objeto em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros remanescentes, na ordem de classificação ou promover nova licitação.

24. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO DO CONTRATO

24.1 Quando exigida a prestação de garantia de proposta / contratual, será conforme estabelecido no Termo de Referência e legislação vigente.

24.2 O reajuste de preços será aplicado sobre o valor contratual vigente, mantendo-se o percentual de desconto ofertado pelo Contratado na proposta que resultou na adjudicação do objeto, de modo a preservar a equação econômico-financeira inicial do ajuste.

25. DO REAJUSTE CONTRATUAL

25.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços/orçamento no mês de **Novembro de 2025**.

25.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

25.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

25.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

25.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

26. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL

26.1 Para aditivos de valores cujos serviços e materiais não constarem do orçamento inicial deverão ser integrados com a Tabela SINAPI atualizada, e na falta desta, por meio de Pesquisa de Preço, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, aplicado menos o desconto da proposta e mais o BDI ofertado, no caso de obras e serviços de engenharia.

26.2 A fórmula relativa ao item anterior é: (X) valor do aditivo a ser realizado, (A) o valor do item resultante da Tabela SINAPI/Pesquisa de Preço, (B) menos a taxa de desconto ofertada pela licitante, (C) somado ao BDI de __%, logo: $X = A - B + C$.

26.3 Os custos que se refere o item 17.7, incluídos em aditivos, terão como referência para o cálculo do reajuste a data do orçamento ou proposta específica de cada aditivo, reconhecendo que cada aditivo possui base de cálculo distinta.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

26.4 O prazo mínimo de um ano para aplicação de reajustes subsequentes será contado a partir da data do último reajuste efetivamente aplicado à respectiva parcela ou serviço do contrato, de modo que o contrato original e cada aditivo mantenham bases e prazos próprios para reajustes.

27. DO REEQUILÍBRIO

27.1 A análise de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro levará em consideração, de forma preponderante, se a alteração do custo não se enquadra na álea ordinária (riscos normais e previsíveis) assumida pelo contratado no momento da apresentação de sua proposta.

27.2 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

27.3 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

27.4 O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por aditivo contratual.

27.5 Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

27.6 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

27.7 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

28. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

28.1 Os preços registrados poderão ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, tendo por data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no mês de **Novembro de 2025**, desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

28.2 Os preços registrados poderão ser alterados, mediante comprovações e justificativas, conforme tópico da "NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS".

28.3 O reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados será assegurado desde que não existam preços menores registrados e que o pedido não se enquadre dentro da margem de risco suportável pelo fornecedor, conforme disposto no art. 54-A deste Decreto.

28.4 Em caso de concessão, o reequilíbrio será limitado à diferença do percentual que exceder a taxa de risco prevista na contratação.

28.5 A atualização anual e a alteração dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.



29. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

29.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

29.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

29.3 Na hipótese prevista no item 24.2.1 o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

29.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

29.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

29.6 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.635/2023 e na legislação aplicável.

29.7 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, serão convocados os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

29.8 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

29.9 Na hipótese de comprovação o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

29.10 A alteração nos valores praticados dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

30. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

30.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) houver o descumprimento das condições da Ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da Ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

30.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

30.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

30.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

30.5 O cancelamento do Registro de Preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

31. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

31.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

31.2 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

31.3 Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

31.4 De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

31.5 De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) para aquele que não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- c) em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
- d) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

31.6 De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato.

31.7 De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

31.8 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento.

31.9 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

31.10 Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

31.11 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

31.12 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

31.13 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

31.14 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

31.15 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

31.16 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto nº 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

31.17 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses em que esta for possível.

32. DO TERMO DE CONTRATO

32.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

32.2 O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

32.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até cinco dias; ou
- b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de cinco dias para resposta após recebimento da notificação pela Administração.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

32.4 O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- a) a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

32.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

32.6 A Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) do Município de Ponta Grossa/PR poderá se beneficiar dos quantitativos contratados, conforme previsto no edital e no Termo de Referência (anexo 1).

32.7 A participação se dará mediante manifestação formal das entidades interessadas, observando os procedimentos administrativos cabíveis.

32.8 Os quantitativos previstos poderão ser ajustados conforme necessidade da Administração Direta e/ou Indireta, respeitando os limites definidos no instrumento convocatório.

32.9 Cada ente ou entidade participante firmará seu próprio contrato, assegurando os quantitativos especificados no Termo de Referência, garantindo a execução do objeto conforme as especificações estabelecidas.

32.10 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

32.11 A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no sistema de registro de preços.

32.12 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

32.13 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

32.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

32.15 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

32.16 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

32.17 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, formalizado via aditivo contratual.

33. CADASTRO DE RESERVA

33.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- a) aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) mantiverem sua proposta original.

33.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

33.3 O registro a que se refere o item 33.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

33.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

33.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- b) quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

33.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

34. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

34.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

34.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) o órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

34.3 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

34.4 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

34.5 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

35. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

35.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

35.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Agente de Contratação informará nova data e horário, via sistema, desde que não haja comunicação em contrário.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- 35.3** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 35.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 35.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 35.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 35.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 35.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 35.9** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.
- 35.10** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.Gov (Catmat/Catserv) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.
- 35.11** O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial do Município de Prefeitura de Ponta Grossa/PR - [Portal da Transparência](#).
- 35.12** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 35.13** É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 35.14** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 35.15** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 35.16** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 35.17** O Município de Ponta Grossa/PR poderá:
- a) anular a licitação se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
 - b) revogar a presente licitação, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

35.18 A contratada não terá direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

35.19 A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

35.20 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Ponta Grossa/PR.

35.21 Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 124, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021.

35.22 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

35.23 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

35.24 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ponta Grossa/PR, 03 de fevereiro de 2026

Luiz Henrique Honesko

03/02/2026 - 14:48

Luiz Henrique de Souza Honesko

Secretário Municipal de Infraestrutura



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 1

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 009/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

AVISO: para melhor entendimento, o Termo de Referência está em arquivo complementar a este Edital.



ANEXO 2

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº: 009/2026

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Lei Federal nº 14.133/2021

Proponente: [Razão Social da Empresa]

CNPJ: [número]

Endereço: [completo]

Representante Legal: [nome completo]

Telefone: [número]

E-mail: [contato@empresa.com.br]

1. Objeto da Proposta

Apresentamos nossa proposta comercial para <descrição do objeto>, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

2. Valor Global da Proposta

O valor total para execução dos serviços é de: **R\$ [valor total da proposta]** (por extenso).

3. Prazo de Execução

Prazo para execução dos serviços em conformidade com o termo de referência.

4. Condições de Pagamento

Os pagamentos serão realizados mediante medição dos serviços executados.

6. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por **[mínimo 90 dias]**, conforme exigência do edital.

7. Declaração

Declaramos que os preços apresentados estão em conformidade com os princípios da economicidade, razoabilidade e exequibilidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

[Cidade], [Data]

[Assinatura do Representante Legal]

[Nome e Cargo]

OBS:

- 1 A interposição de recurso suspende o prazo de validade da proposta até decisão.
- 2 No preço cotado já estão incluídos eventuais custos indiretos como vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas com manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e o ciclo de vida.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 3

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº: 009/2026

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____

Na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de pregão eletrônico nº **009/2026** instaurada pelo Município de Ponta Grossa/PR, para fins de comprovação:

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que não estamos com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal suspensa.

DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

Declaramos que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste procedimento, não fomos condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO COM AGENTES QUE ATUEM NA LICITAÇÃO

Declaramos que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 7º, III, art. 14, IV, art. 122, § 3º todos da Lei nº 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Sócio proprietário



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 4

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 009/2026

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade pregão eletrônico nº **009/2026** instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, que conhecemos e faremos cumprir rigorosamente todas as "Normas de Segurança no Trabalho", na hipótese de nossa proposta ser declarada vencedora na presente licitação, conforme o constante na Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.

Local e data

NOME
Assinatura



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 5

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 009/2026

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____

Declaramos, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **pregão eletrônico nº 009/2026** instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, para fins de comprovação, que o Sr. (a) _____, CPF nº _____, representando esta empresa, compareceu ao(s) local(is) onde serão realizados os serviços, tomando conhecimento de todas as condições operacionais, ambientais e demais informações necessárias que possam de qualquer forma, influir sobre os custos e cumprimento do contrato, não sendo admitido em hipótese alguma alegações de desconhecimento e de dificuldades técnicas não previstas.

Local e data

NOME DO REPRESENTANTE PREFEITURA
Assinatura

NOME DO LICITANTE
Assinatura



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 6

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 009/2026.

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISITA TÉCNICA
(Em papel timbrado da empresa)

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____

Declaramos, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **pregão eletrônico nº 009/2026**, instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, para fins de comprovação, que renunciamos ao direito de realizar a visita técnica, para inspeção dos locais onde serão executados os serviços, de modo a obter, para nossa própria utilização e por exclusiva responsabilidade, informações necessárias a elaboração da proposta para o referido certame. Desta forma não alegaremos o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para nos eximirmos das obrigações assumidas, ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto, caso sejamos a proponente contratada.

Local e data

NOME
Assinatura



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 7

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 009/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____
Sistema de Registro de Preços nº ____

Aos ____ dias do mês de ____ de ____ o **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900, inscrita no CNPJ sob o nº 76.175.884.0001-87, neste ato representada por ____, Secretário Municipal de ____, nomeado através do Decreto nº ____, publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia _____. Matrícula Funcional nº ____; e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão eletrônico nº ____/2025, publicado no Diário Oficial do Município de ____/____/____ SEI nº _____,

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, demais legislações vigentes, bem como em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objetivo o registro de preços para eventual **execução de serviços especiais de engenharia consistente na elaboração de projetos de pavimentação urbana e obras de arte especiais incluindo ensaios, estudos, projetos, cronograma e orçamentos**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo ao edital de **Pregão eletrônico nº 009/2026**, que é parte integrante desta Ata.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: (Razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante, conta bancária: banco agência, nº conta)				
Lote	Bairros	Item 1 - Projetos de Pavimentação	Item 2 - Projetos de Obras de Arte Especiais	Total do lote
1	Chapada e Distrito de Uvaia			
2	Piriquitos, Boa Vista, Jardim Carvalho, Orfãs, Neves, Nova Rússia, Centro, Bairro Novo e Distrito de Piriquitos			
3	Ronda, Contorno, Estrela, Colônia Dona Luiza, Oficinas e Distrito de Guaragi			
4	Cará-cará, Uvaranas, Itaiacoca, Olarias e Distrito de Itaiacoca			



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

2.1.1 O valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ _____.

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata;

2.3 Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

2.3.1 O Termo de Referência;

2.3.2 O Edital da Licitação;

2.3.3 A proposta do Contratado;

2.3.4 Eventuais anexos do processo.

3 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4 VALIDADE DA ATA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade.

5 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Após a homologação da licitação, o fornecedor melhor classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade.

5.1.1 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada, aceita pela Administração;

5.1.2 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.1.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e formalizar nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.2 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

5.2.1 Será incluído na ata:

- a) a relação dos fornecedores pela ordem de classificação final no processo licitatório e as respectivas quantidades a serem fornecidas;
- b) o preço unitário do primeiro classificado com a menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;
- c) o valor total estimado para aquisição;
- d) os órgãos ou demais entes usuários do registro;
- e) a alusão do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos e nas propostas, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;

5.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

6 CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.1 Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços;

6.1.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços têm características próprias e geram efeitos contratuais, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas na legislação vigente.

6.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.4 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.2 Havendo alteração contratual, estas serão realizadas por aditivo;

6.3 A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, assinar ou retirar o instrumento contratual equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações passíveis: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, e impedimento de licitar pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos, conforme art. 5º, II e art. 8º, VII, ambos do Decreto Municipal 21.635/2023, das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

6.4 Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato, do objeto em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros remanescentes, na ordem de classificação ou promover nova licitação.

7 ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021;

7.1.1 Em caso de elevação dos preços registrados, devidamente comprovados, a readequação dos valores será precedida de análise criteriosa de acordo com o Decreto Municipal nº 21.500/2023 e orientações da Procuradoria Geral do Município.

7.2 O reequilíbrio de preços será realizado por aditivo, ou apostilamento conforme o caso.

8 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no item 24.2.1 o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado;

8.1.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.635/2023 e na legislação aplicável;

8.2.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será convocado os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados;

8.2.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

8.2.4 Na hipótese de comprovação o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

8.3 A alteração nos valores praticados dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) houver o descumprimento das condições da Ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da Ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

9.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.3.1 Por razão de interesse público;

9.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.4 O cancelamento do Registro de Preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

9.5 As alterações na Ata de Registro de Preços serão realizadas por apostilamento.

10 CADASTRO DE RESERVA

10.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

10.1.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

10.1.2 Mantiverem sua proposta original.

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

10.3 O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

10.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

10.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

10.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

11.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

11.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

11.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento;

11.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

11.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

11.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

12 PENALIDADES

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;

12.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em concorrência para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da legislação vigente;

12.1.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade;

12.2 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer ocorrência, que possa existir, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13 CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital, ou aviso de contratação direta e seus anexos, bem como as propostas vencedoras, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições, e deverão ser executados fielmente pelas partes, obedecendo as determinações constantes na legislação vigente.

13.2 As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ata.

13.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

13.4 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade, nas seguintes hipóteses.

13.4.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

13.4.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

13.5 As partes elegem o foro da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente, oriundo desta Ata.

13.6 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

CONTRATADA
NOME

CONTRATANTE
NOME

TESTEMUNHAS:

NOME
CPF / MF

NOME
CPF / MF



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ / _____

PARTICIPANTES

PARTICIPANTES									
Item									

CADASTRO DE RESERVA

Item	Ordem de Classificação /Fornecedor	CNPJ



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

ANEXO 8

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 009/2026

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº XXXXX/XXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº ____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E A EMPRESA
_____.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900, inscrita no CNPJ sob o nº 76.175.884.0001-87, neste ato representada por _____, Secretário Municipal de _____, nomeado através do Decreto nº _____, publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia _____. Matrícula Funcional nº _____; e,

CONTRATADA: **EMPRESA** _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, cidade de _____. Estado do _____. CEP: _____, telefone/celular (0xx) _____. E-mail: _____, inscrita no CNPJ nº _____, representada pelo Senhor(a) _____, função _____, portador da CIRG nº _____ e do CPF _____. E-mail: _____, telefone/celular (0xx) _____, conforme ato constitutivo da empresa ou procuração apresentada nos autos,

Tendo em vista o que consta no processo SEI nº _____ e em observância as disposições da Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis e complementares, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços nº _____/_____ do processo licitatório, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 Execução de serviços especiais de engenharia consistente na elaboração de projetos de pavimentação urbana e obras de arte especiais incluindo ensaios, estudos, projetos, cronograma e orçamentos.

1.2 Especificação do objeto da contratação, conforme saldos a serem contratados:

Lote	Bairros	Item 1 - Projetos de Pavimentação (saldo)	Item 2 - Projetos de Obras de Arte Especiais (saldo)	Total do lote (saldo)
1	Chapada e Distrito de Uvaia			
2	Piriquitos, Boa Vista, Jardim Carvalho, Orfãs, Neves, Nova Rússia, Centro, Bairro Novo e Distrito de Piriquitos			
3	Ronda, Contorno, Estrela, Colônia Dona Luiza, Oficinas e Distrito de Guaragi			
4	Cará-cará, Uvaranas, Itaiacoca, Olarias e Distrito de Itaiacoca			



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

1.3 Vinculam a contratação, independentemente de transcrição:

- a) termo de Referência;
- b) edital da Licitação;
- c) proposta do Contratado;
- d) eventuais anexos do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência deste contrato será de ____ dias corridos/ meses, contados da data de assinatura e terá sua eficácia após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município;

2.1.2 O início dos serviços se dará no máximo em até ____ (____) dias do recebimento da Ordem de Serviço emitido pela **CONTRATANTE**.

2.1.2 Prazo para execução dos serviços é de até ____ dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja efetivado antes do término da respectiva vigência, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata o item acima é condicionado ao ateste, pela área demandante, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto são os seguintes (colocar as condições estabelecidas no Termo de Referência).

3.2 O prazo para o fornecimento do material/execução dos serviços do presente Termo de Contrato é de até ____ dias a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, e deverá ser entregue de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

3.3 O objeto do presente Termo de Contrato, se estiver de acordo com as especificações do edital, será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ _____, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

5.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1 O pagamento das obrigações aqui contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) 18 (dezoito dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 18 (dezoito dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa

6.2 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

6.3 A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

- 6.3.1** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 6.3.2** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.3.3** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
- 6.3.4** Certidão referente a regularidade municipal da sede da Contratada;
- 6.3.5** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 6.3.6** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preço no dia 17/11/2025.

7.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- 7.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 7.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8** O reajuste será realizado por termo aditivo.
- 7.9** Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.
- 7.10** O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.
- 7.11** A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1** Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 8.2** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.
- 8.3** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.4** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.6** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.6.1** A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.7** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.8** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- 8.9** Verificar se a obra/serviço corresponde às especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento provisório e definitivo.
- 8.10** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.
- 8.11** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Contrato.
- 8.12** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e anexos, assumindo as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e Código Civil.
- 9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos que poderá ser apurado em processo administrativo.
- 9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.6.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 9.7.** Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 9.8.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- 9.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- 9.10.** Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.
- 9.11.** Toda a mão de obra, necessária para a correta logística de transporte para a execução do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas ficarão sob a responsabilidade da empresa contratada.
- 9.12.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- 9.13.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.15.** Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.16.** Efetuar o pagamento de todos os tributos e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.
- 9.17.** Manter contato com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 9.18.** Manter atualizado, durante a vigência do contrato, o endereço, número de telefone fixo, celular com aplicativo WhatsApp, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão, inclusive para fins de cumprimento do art. 27 do Decreto Municipal 21.635/2023.
- 9.19.** Fornecer por sua exclusiva conta todo material, equipamentos, acessórios e mão-de-obra que se façam necessários para a execução total do objeto.
- 9.20.** Providenciar dispositivos que garantam as condições adequadas de segurança, incluindo sinalização de tráfego.
- 9.21.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais.
- 9.22.** Permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito.
- 9.23.** Entregar prontamente quaisquer documentos exigidos pelos fiscais, ou ainda pelo gestor de contratos.
- 9.24.** Providenciar o recolhimento da ART/RRT, INSS e outros necessários à execução do objeto, no prazo legal.
- 9.25.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.26.** Proceder recomposição de via a limpeza geral ao final da realização dos serviços, de modo que sejam mantidas as condições originais de trafegabilidade e entregue isenta de resíduos.
- 9.27.** É de responsabilidade da contratada, apresentar até a data de assinatura do contrato, o vínculo (carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço) com o(s) profissional(is) responsável(is) pelo objeto, que, obrigatoriamente, deverá(ão) ser aquele(s) indicado(s) pela empresa no processo licitatório (detentor dos acervos e atestados de capacidade técnica que possibilitaram a habilitação da empresa no certame).
- 9.28.** Realizar acompanhamento dos serviços constantemente através do responsável técnico da Contratada.
- 9.29.** Destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas de emprego às trabalhadoras do sexo feminino, conforme Lei Municipal 11.681/2014.
- 9.30.** Priorizar, resguardada a livre iniciativa, a contratação de trabalhadores via Agência do Trabalhador deste município, conforme Lei Municipal 13.837/2020.
- 9.31.** Atender o disposto na Lei Municipal nº 11.233 de 2012 que trata da política ambiental municipal de Ponta Grossa.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

9.32. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 9.015 de 2014 que trata do plano de gestão integrada de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa.

9.33. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 10.994 de 2016 que institui as diretrizes para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos, classifica os resíduos sólidos, identifica os geradores.

9.34. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 10.995 de 2016 institui o plano municipal de gestão de resíduos da construção civil - PMGRCC.

9.35. Os prazos para a execução de cada projeto específico ou etapa contratual serão definidos e formalizados por Ordem de Serviço (OS) emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento (SMIP), através dos fiscais do contrato. A emissão da OS constitui o marco temporal para o início da contagem dos prazos, e seu cumprimento rigoroso é uma prerrogativa contratual.

9.36. Responsabilizar-se pela atualização de orçamentos e alterações técnicas necessárias quando solicitado pelo Município, conforme prazo estipulado pelo fiscal, por um período de até 04 anos, sem gerar custos adicionais.

9.37. A CONTRATADA tem a obrigação inescusável de retificar, ajustar ou refazer quaisquer etapas ou a totalidade dos projetos entregues que apresentem não conformidades, inconsistências, imprecisões, erros técnicos ou divergências em relação aos termos deste instrumento, às normas técnicas vigentes e às diretrizes da CONTRATANTE. Tais correções deverão ser executadas sem qualquer acréscimo financeiro para o Município, conforme disposto no item 8.6 e demais cláusulas pertinentes. Esta medida visa garantir a plena funcionalidade e a qualidade técnica dos projetos, sem impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da CONTRATADA.

9.38. Durante toda a fase de execução da obra referenciada pelos projetos, a CONTRATADA deverá disponibilizar o Responsável Técnico formalmente vinculado ao projeto para atuar como ponto focal de suporte técnico e consultoria proativa. Este profissional deverá acompanhar a execução da obra no campo quando solicitado, dirimir pessoalmente quaisquer dúvidas da fiscalização ou das equipes de obra, e, criticamente, propor e executar as adequações e revisões necessárias ao projeto, visando à sua perfeita exequibilidade e otimização em face das condições de campo, tudo sem qualquer ônus adicional ao Município. Esta interação garante a aderência do projeto à realidade construtiva e a resolução ágil de intercorrências.

9.39. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilidade de profissionais devidamente qualificados e habilitados, com registro ativo nos respectivos conselhos de classe (CREA / CAU), para dirimir pessoalmente e em tempo hábil quaisquer dúvidas técnicas e operacionais relativas aos projetos apresentados, seja nas dependências da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento ou diretamente no local objeto do projeto, garantindo a agilidade na tomada de decisão e a fluidez do processo de execução.

9.40. A CONTRATADA será integralmente responsável civil e tecnicamente por eventuais vícios ou erros que venham a ser identificados nos projetos, mesmo após a sua entrega final e aceite provisório ou definitivo pelo Município. Esta responsabilidade estende-se à onerosidade financeira total que tais vícios ou erros possam vir a causar ao Município, seja por necessidade de retrabalho, paralisação da obra, danos a terceiros, despesas adicionais de correção ou quaisquer outras implicações financeiras diretas ou indiretas. Esta cláusula assegura a perenidade da qualidade dos projetos e a proteção do erário público.

9.41 Com a entrega e a aceitação final dos projetos por parte da Contratante, a CONTRATADA outorga, de forma irrevogável e irrestrita, plena autorização e licenciamento perpétuo para a alteração, adaptação, reutilização, reprodução, cessão a terceiros e qualquer outra forma de exploração de todo e qualquer material entregue, incluindo, mas não se limitando a desenhos, memoriais descritivos, relatórios, planilhas e arquivos digitais. Este licenciamento confere à Contratante a propriedade intelectual sobre o uso e a modificação dos projetos para fins de planejamento, execução, fiscalização e gestão de obras públicas, sem qualquer ônus adicional ou limitação temporal, visando a maximização do investimento público em capital intelectual e a agilidade operacional da administração.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

12.1.2 Multa compensatória:

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

12.1.2.1 De 2% (dois) por cento a 10% (dez) por cento sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

a) em caso de recusa do adjudicatário em assinar os contratos derivados de ata de registro de preços ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

b) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

12.1.2.2 De 11% (onze) por cento a 20% (vinte) por cento sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

12.1.2.3 De 21% (vinte e um) por cento a 30% (trinta) por cento sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza.
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e do contrato.
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

12.1.3 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta) por cento do valor CONTRATADO. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade.
- b) descontado do valor da garantia prestada.
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis.
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

12.1.4 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

12.1.4.1 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

12.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) não celebrar o contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

12.1.4.3 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado.
- b) dar causa à inexecução total do contrato.

12.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 que o CONTRATADO está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônica do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mencionado decreto.

12.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

12.3.1 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente.

14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

14.3 A rescisão deste Termo de Contrato implicará retenção de crédito decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2025, conforme abaixo:

Cód.Red. 2070

Órgão: 25.002.15.451.0088.1.275./3.3.90.39.00.00

Recurso Próprio: 1000

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.3 As adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento do contrato, serão vinculadas a este instrumento, através de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados.

16.3 Gestor do Contrato

Nome:

Matrícula:

16.4 Fiscal Administrativo

Nome:

Matrícula:

16.5 Fiscal Técnico

Nome:

Matrícula:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Pregão Eletrônico - SRP nº 009/2026 - SRP

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

18.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

19.2 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,

20.2 Fica eleito o foro da Comarca de PONTA GROSSA, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, ____ de ____ de ____.

XXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Termo de Referência

1. Das condições da contratação (art. 6, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1 Objeto: Registro de Preço de Serviços Comuns de Engenharia consistente na elaboração de projetos de pavimentação urbana e obras de arte especiais incluindo ensaios, estudos, projetos, cronograma e orçamentos.

1.2 Serão os seguintes 4 (quatro) lotes:

Lote	Bairros	Projetos de Pavimentação	Projetos de Obras de Arte Especiais
1	Chapada e Distrito de Uvaia	35 km	R\$ 1.000.000,00
2	Piriquitos, Boa Vista, Jardim Carvalho, Orfãs, Neves, Nova Rússia, Centro, Bairro Novo e Distrito de Piriquitos	35 km	R\$ 1.000.000,00
3	Ronda, Contorno, Estrela, Colônia Dona Luiza, Oficinas e Distrito de Guaragi	44 km	R\$ 1.000.000,00
4	Cará-cará, Uvaranas, Itaiacoca, Olarias e Distrito de Itaiacoca	36 km	R\$ 1.000.000,00
Total		150 km	R\$ 4.000.000,00

1.2.1 Cada lote é composto por bairros e distritos do Município de Ponta Grossa, a distribuição consta no mapa do **ANEXO I** deste Termo de Referência.

1.2.2 As vias limítrofes de cada bairro (um lado da via em cada bairro) serão atribuídas a um lote à critério de conveniência da administração.

1.3 O registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período.

2. Da fundamentação e descrição da necessidade da contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘a’ da Lei n. 14.133/2021).

2.1 O Município de Ponta Grossa fixou como objetivo a pavimentação de 100% de sua área urbana. Para que seja possível a realização destas obras é necessário que sejam elaborados seus respectivos projetos.

A equipe própria desta pasta, além de diminuta, está sobrecarregada pelo volume excessivo de contratos de execução de pavimentação em andamento. Além disso, a elaboração de projetos depende de ensaios e topografia que não dispomos de equipe própria.

Desta forma, tal qual realizado em outras oportunidades, é necessária a contratação de empresa especializada para realização deste serviço.

3. Descrição da Solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei n. 14.133/2021)

3.1 Contratação mediante **Registro de Preços**

3.2 Licitação na Modalidade **Pregão**

3.3 Critério de Julgamento **Maior Desconto sobre os valores de referência**

3.4 A execução do objeto seguirá as seguintes etapas:

Ordem	Eventos
1	ETAPA 1 Emissão da ordem de serviço pela administração contendo: i - os trechos objeto de projetos; ii - a forma de agrupamento dos trechos para consolidação; iii - relação de projetos, estudos e levantamentos a serem entregues.
2	Entrega da ETAPA 1
3	Avaliação dos projetos pela equipe da administração
4	Adequações pela Contratada (i - se necessário; ii - podem ser solicitadas várias alterações até a aprovação final)
5	Entrega Final da ETAPA 1
6	Avaliação dos projetos pela equipe da administração
7	Recebimento formal dos documentos da ETAPA 1
8	Autorização do Pagamento da ETAPA 1 e emissão da ordem de serviço da ETAPA 2
9	Entrega da ETAPA 2

10	Avaliação dos projetos pela equipe da administração
11	Adequações pela Contratada (i - se necessário; ii - podem ser solicitadas várias alterações até a aprovação final)
12	Entrega Final da ETAPA 2
13	Avaliação dos projetos pela equipe da administração
14	Recebimento formal dos documentos da ETAPA 2
15	Autorização do Pagamento da ETAPA 2

3.5 O contratante deverá entregar mensalmente projetos, estudos e ensaios referentes à 10 km para a ETAPA I e outros 10 km para a ETAPA II.

4. Requisitos da contratação (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21):

4.1 É necessário que a licitante tenha registro em entidade profissional competente, bem como responsável técnico com registro em entidade competente.

4.2 A subcontratação é permitida com a anuência da fiscalização (Art. 77, Decreto nº 21.500 e Art. 122 da Lei Federal 14.133/2021) até o limite de 25%.

4.3 O licitante deverá apresentar, no mínimo, acervo técnico equivalente a:

Lote	Bairros	Extensão de Projetos de Pavimentação	Extensão de Projetos de Pontes de concreto armado
1	Chapada e Distrito de Uvaia	17 km	25 m
2	Piriquitos, Boa Vista, Jardim Carvalho, Orfãs, Neves, Nova Rússia, Centro, Bairro Novo e Distrito de Piriquitos	17 km	25 m
3	Ronda, Contorno, Estrela, Colônia Dona Luiza, Oficinas e Distrito de Guaragi	21 km	25 m
4	Cará-cará, Uvaranas, Itaiacoca, Olarias e Distrito de Itaiacoca	17 km	25 m

5. Modelo de Execução Contratual (art. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

5.1 Registro de Preços.

5.2 Vigência de 12 meses.

5.3 Regime de Execução: Empreitada por preços unitários.

6. Obrigações da contratante (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.

6.2. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no Contrato.

6.4. Emitir decisão, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.4.1 A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.

6.7. Verificar se a obra/serviço corresponde às especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento provisório e definitivo.

6.8. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.

6.9. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo de Contrato, através de servidores designados para fiscalização, cabendo a estes, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

6.10. Observar para que, durante a vigência do Termo de Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.11. Efetuar o pagamento à Contratada no valor pactuado, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Contrato e seus anexos, nos termos do Decreto nº 21.500/2023.

6.12. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das

obrigações por parte do contratado.

7. Obrigações da contratada (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e anexos, assumindo as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e Código Civil.

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos que poderá ser apurado em processo administrativo.

7.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

7.7. Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

7.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

7.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

7.10. Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

7.11. Toda a mão de obra, necessária para a correta logística de transporte para a execução do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas ficarão sob a responsabilidade da empresa contratada.

- 7.12. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 7.13. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 7.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.15. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Efetuar o pagamento de todos os tributos e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.
- 7.17. Manter contato com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 7.18. Manter atualizado, durante a vigência do contrato, o endereço, número de telefone fixo, celular com aplicativo WhatsApp, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão, inclusive para fins de cumprimento do art. 27 do Decreto Municipal 21.635/2023.
- 7.19. Fornecer por sua exclusiva conta todo material, equipamentos, acessórios e mão-de-obra que se façam necessários para a execução total do objeto.
- 7.20. Providenciar dispositivos que garantam as condições adequadas de segurança, incluindo sinalização de tráfego.
- 7.21. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais.
- 7.22. Permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito.
- 7.23. Entregar prontamente quaisquer documentos exigidos pelos fiscais, ou ainda pelo gestor de contratos.
- 7.24. Providenciar o recolhimento da ART/RRT, INSS e outros necessários à execução do objeto, no prazo legal.

- 7.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.26. Proceder recomposição de via a limpeza geral ao final da realização dos serviços, de modo que sejam mantidas as condições originais de trafegabilidade e entregue isenta de resíduos.
- 7.27. É de responsabilidade da contratada, apresentar até a data de assinatura do contrato, o vínculo (carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço) com o(s) profissional(is) responsável(is) pelo objeto, que, obrigatoriamente, deverá(ão) ser aquele(s) indicado(s) pela empresa no processo licitatório (detentor dos acervos e atestados de capacidade técnica que possibilitaram a habilitação da empresa no certame).
- 7.28. Realizar acompanhamento dos serviços constantemente através do responsável técnico da Contratada.
- 7.29. Destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas de emprego às trabalhadoras do sexo feminino, conforme Lei Municipal 11.681/2014.
- 7.30. Priorizar, resguardada a livre iniciativa, a contratação de trabalhadores via Agência do Trabalhador deste município, conforme Lei Municipal 13.837/2020.
- 7.31. Atender o disposto na Lei Municipal nº 11.233 de 2012 que trata da política ambiental municipal de Ponta Grossa.
- 7.32. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 9.015 de 2014 que trata do plano de gestão integrada de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa.
- 7.33. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 10.994 de 2016 que institui as diretrizes para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos, classifica os resíduos sólidos, identifica os geradores.
- 7.34. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 10.995 de 2016 institui o plano municipal de gestão de resíduos da construção civil - PMGRCC.
- 7.35. Os prazos para a execução de cada projeto específico ou etapa contratual serão definidos e formalizados por **Ordem de Serviço (OS)** emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento (SMIP), através dos fiscais do contrato. A emissão da OS constitui o marco temporal para o início da contagem dos prazos, e seu cumprimento rigoroso é uma prerrogativa contratual.
- 7.36. Responsabilizar-se pela atualização de orçamentos e alterações técnicas necessárias quando solicitado pelo Município, conforme prazo estipulado pelo fiscal, por um período de até 04 anos, sem gerar custos adicionais
- 7.37. A CONTRATADA tem a **obrigação inescusável de retificar, ajustar ou refazer quaisquer**

etapas ou a totalidade dos projetos entregues que apresentem não conformidades, inconsistências, imprecisões, erros técnicos ou divergências em relação aos termos deste instrumento, às normas técnicas vigentes e às diretrizes da CONTRATANTE. Tais correções deverão ser executadas **sem qualquer acréscimo financeiro** para o Município, conforme disposto no item 6.4 e demais cláusulas pertinentes. Esta medida visa garantir a plena funcionalidade e a qualidade técnica dos projetos, sem impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da CONTRATADA.

7.38. Durante toda a fase de execução da obra referenciada pelos projetos, a CONTRATADA deverá **disponibilizar o Responsável Técnico formalmente vinculado ao projeto** para atuar como ponto focal de suporte técnico e consultoria proativa. Este profissional deverá acompanhar a execução da obra no campo quando solicitado, dirimir pessoalmente quaisquer dúvidas da fiscalização ou das equipes de obra, e, **criticamente, propor e executar as adequações e revisões necessárias ao projeto**, visando à sua perfeita exequibilidade e otimização em face das condições de campo, tudo **sem qualquer ônus adicional** ao Município. Esta interação garante a aderência do projeto à realidade construtiva e a resolução ágil de intercorrências.

7.39. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilidade de profissionais devidamente qualificados e habilitados, com registro ativo nos respectivos conselhos de classe (CREA / CAU), para dirimir pessoalmente e em tempo hábil quaisquer dúvidas técnicas e operacionais relativas aos projetos apresentados, seja nas dependências da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento ou diretamente no local objeto do projeto, garantindo a agilidade na tomada de decisão e a fluidez do processo de execução.

7.40. A CONTRATADA será integralmente **responsável civil e tecnicamente por eventuais vícios ou erros que venham a ser identificados nos projetos**, mesmo após a sua entrega final e aceite provisório ou definitivo pelo Município. Esta responsabilidade estende-se à **onerosidade financeira total** que tais vícios ou erros possam vir a causar ao Município, seja por necessidade de retrabalho, paralisação da obra, danos a terceiros, despesas adicionais de correção ou quaisquer outras implicações financeiras diretas ou indiretas. Esta cláusula assegura a perenidade da qualidade dos projetos e a proteção do erário público.

7.41 Com a entrega e a aceitação final dos projetos por parte da Contratante, a CONTRATADA outorga, de forma irrevogável e irrestrita, **plena autorização e licenciamento perpétuo para a alteração, adaptação, reutilização, reprodução, cessão a terceiros e qualquer outra forma de exploração de todo e qualquer material entregue**, incluindo, mas não se limitando a desenhos, memoriais descritivos, relatórios, planilhas e arquivos digitais. Este licenciamento confere à Contratante a **propriedade intelectual sobre o uso e a modificação** dos projetos para fins de planejamento, execução, fiscalização e gestão de obras públicas, sem qualquer ônus adicional ou limitação temporal, visando a maximização do investimento público em capital intelectual e a agilidade operacional da administração.

8. Critérios de medição e de pagamento (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

8.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a execução do serviço

ordenado e seguirá o disposto no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

8.2 Os serviços serão medidos e entregues conforme os ANEXO II e III deste Termo de Referência, e serão os seguintes:

Produtos	Subprodutos
Etapa 1	
Equipe Fixa de Projetos de Engenharia	Equipe Fixa Técnica de Projeto de Engenharia
	Equipe Fixa Administrativa de Projeto de Engenharia
Estudos Topográficos	Levantamento Planialtimétrico
	Processamento de Dados Brutos
	Elaboração de Plantas Topográficas
	Elaboração de Relatório de Estudos Topográficos
Estudos de Tráfego	Estimativa Preliminar de Tráfego Atual e Futuro
	Coleta de Dados Existentes e Complementares (contagem de tráfego)
	Tratamento dos Dados e Elaboração do Estudo
	Elaboração do Relatório de Estudo de Tráfego
Estudos Hidrológicos	Estudo Hidrológico para Intervenções e Obras em Corpos Hídricos
Estudos Geotécnicos	Sondagem e Coleta de Material de Subleito
	Sondagem e Coleta de Material de Empréstimos
	Sondagem e Coleta de Material de Jazidas
	Sondagem Rotativa
	Sondagem e Coleta de Material de Pedreira e Areal
	Ensaio Geotécnicos
	Elaboração do Relatório de Estudos Geotécnicos
Projeto de Terraplanagem	Classificação de Materiais e Quadro de Distribuição de Massa (QDM)
	Elaboração de Desenhos (Planta Geral, Desenhos Esquemáticos, Linear de Distribuição, Seções Transversais)
	Elaboração do Relatório e Volume do Projeto de Terraplanagem
Projeto Geométrico e Interseções	Projeto Planimétrico
	Projeto Altimétrico
	Notas de Serviço - Volume - Seção Transversal

	Elaboração de Desenhos, Relatório e Volume de Projeto Geométrico
Etapa 2	
Projeto de Pavimentação	Definição dos Parâmetros do Projeto
	Pré-dimensionamento
	Memorial de Cálculo e Quantitativos
	Elaboração de Desenhos
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Pavimentação
Projeto de Drenagem	Levantamento dos Dados e Estudos Preliminares
	Delimitação das Bacias de Drenagem (Planta das Bacias de Drenagem)
	Definição das Soluções de Drenagem e Pré-dimensionamento
	Dimensionamento das Estruturas de Drenagem Projetada e Verificação de Suficiência Hidráulica das Obras Existentes
	Detalhamento dos Dispositivos de Drenagem em Planta/Perfil
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Drenagem
Projeto de Sinalização e Obras Complementares	Definição dos Parâmetros de Projeto
	Pré-dimensionamento
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Sinalização e Obras Complementares
Projeto Estrutural de Obra de Arte Especial (OAE)	Levantamento dos Dados e Estudos Preliminares de OAE
	Concepção de Soluções para OAE
	Projeto Executivo da OAE
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto da OAE
Projeto Estrutural de Bueiro Simples Celular de Concreto (BSCC)	Levantamento e Estudos Preliminares de BSCC
	Projeto Estrutural de BSCC
	Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BSCC
Projeto Estrutural de Bueiro Duplo Celular de Concreto (BDCC)	Levantamento e Estudos Preliminares de BDCC
	Projeto Estrutural de BDCC
	Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BDCC
Projeto Estrutural de Bueiro Triplo Celular de Concreto (BTCC)	Levantamento e Estudos Preliminares de BTCC
	Projeto Estrutural de BTCC
	Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BTCC
Documentação para DUP	Identificação dos Proprietários dos Imóveis a serem Desapropriados

	Plantas de Desapropriação
	Memoriais Descritivos de Limites e Confrontações
	Avaliação de Custos (Estimativa)
	Quadro Resumo de Áreas a Desapropriar
Projeto de Desapropriação	Pesquisa de Mercado
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Desapropriação
Projeto de Paisagismo	Elaboração do Projeto de Paisagismo
Projeto de Interferência de Iluminação e Rede Elétrica	Elaboração do Relatório de Interferência de Iluminação e Rede Elétrica
Orçamento e Memoriais de Cálculo Tabela SINAPI	Elaboração do Orçamento e Memoriais de Cálculo utilizando a tabela SINAPI
Orçamento e Memoriais de Cálculo Tabela DER-PR	Elaboração do Orçamento e Memoriais de Cálculo utilizando a tabela DER-PR
Cronograma e Planos de Execução	Elaboração de Cronograma e Planos de Execução
Projeto Executivo	Elaboração do Relatório e Volume do Projeto Executivo
Serviços Exclusivos para Obras de Arte Especiais ou Demanda Extraordinária	
Topografia	Levantamento Planialtimétrico Cadastral
Sondagem por SPT	Emissão de laudo com as seguintes informações:
	Resistência à penetração
	Identificação tátil visual
	Posição de nível de água
Sondagem por Trado	Coleta de Amostra
	Emissão de Laudo com as seguintes informações:
	Resistência à Penetração
	Identificação Tátil Visual
	Posição de Nível de Água
Sondagem Rotativa	Coleta de Amostra
	Emissão de Laudo com as seguintes informações:
	Resistência à Penetração
	Identificação Tátil Visual

	Posição de Nível de Água
Ensaio de Granulometria	Emissão de Laudo
Ensaio de Granulometria com Sedimentação	Emissão de Laudo
Ensaio de Limite de Liquidez	Emissão de Laudo
Ensaio de Limite de Plasticidade	Emissão de Laudo
Ensaio de Umidade Natural	Emissão de Laudo
CBR na Umidade Ótima	Emissão de Laudo
Ensaio de Massa Específica Real de Grãos	Emissão de Laudo
Ensaio de Massa Específica Aparente	Emissão de Laudo
Estudo de Cotas de Inundação	Emissão de Laudo

8.3 Para cada quilômetro de projeto de pavimentação poderão ser solicitados todos ou apenas partes dos serviços do item 8.2.

8.3.1 Os serviços contidos na ETAPA 1 serão solicitados para todos os projetos.

8.3.2 Os serviços contidos na ETAPA 2 serão solicitados conforme a necessidade de cada projeto.

8.3.3 A parcela de cada ordem de serviço menor que 1 unidade do orçamento será medida de forma proporcional.

8.3.4 A intersecção entre vias (esquinas) será medida e paga apenas uma vez.

8.4 Os projetos e estudos deverão ser entregues em duas versões digitais conforme descrito no Anexo II:

8.4.1 Arquivo Editável.

8.4.2 Arquivo PDF utilizando a prancha padrão da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

8.5 Em caso de necessidade excepcional de ensaios ou estudos não previstos nas composições poderá, à critério da administração, ser emitida ordem de serviço e a entrega ser remunerada utilizando o critério do art. 23, § 2º da Lei nº 14.133/2021 aplicado o percentual de desconto que o contratado ofereceu na disputa do certame licitatório.

8.6 Os serviços de Projetos de Obra de Arte Especial serão emitidos conforme a necessidade da administração.

8.6.1 Na hipótese do projeto de Obra de Arte Especial não estar em um trecho de projeto de pavimentação os ensaios e estudos serão medidos como itens de “**Serviços Exclusivos para**

Obras de Arte Especiais ou Demanda Extraordinária”.**9. Forma e critérios de seleção do fornecedor** (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)**9.1** Modalidade da Licitação: Pregão**9.2** Critério de Julgamento: Maior Desconto**10. Estimativas do valor da contratação** (art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/21)

10.1 A estimativa total da contratação é R\$ 13.721.387,50 (treze milhões e setecentos e vinte e um mil e trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) divididos da seguinte forma:

Lote	Bairros	Projetos de Pavimentação	Projetos de Obras de Arte Especiais
1	Chapada e Distrito de Uvaia	R\$ 2.268.323,75	R\$ 1.000.000,00
2	Piriquitos, Boa Vista, Jardim Carvalho, Orfãs, Neves, Nova Rússia, Centro, Bairro Novo e Distrito de Piriquitos	R\$ 2.268.323,75	R\$ 1.000.000,00
3	Ronda, Contorno, Estrela, Colônia Dona Luiza, Oficinas e Distrito de Guaragi	R\$ 2.851.607,00	R\$ 1.000.000,00
4	Cará-cará, Uvaranas, Itaiacoca, Olarias e Distrito de Itaiacoca	R\$ 2.333.133,00	R\$ 1.000.000,00
Total		R\$ 9.721.387,50	R\$ 4.000.000,00

10.2 Os valores de “Projetos de Pavimentação” e “Projetos de Obras de Arte Especiais” são meras estimativas e o valor final de cada lote será utilizado à critério da administração.

11. Adequação Orçamentária (art.6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

Cód.Red. 1611

Òrgão: 23.002.15.451.0088.1.145./3.3.90.390000

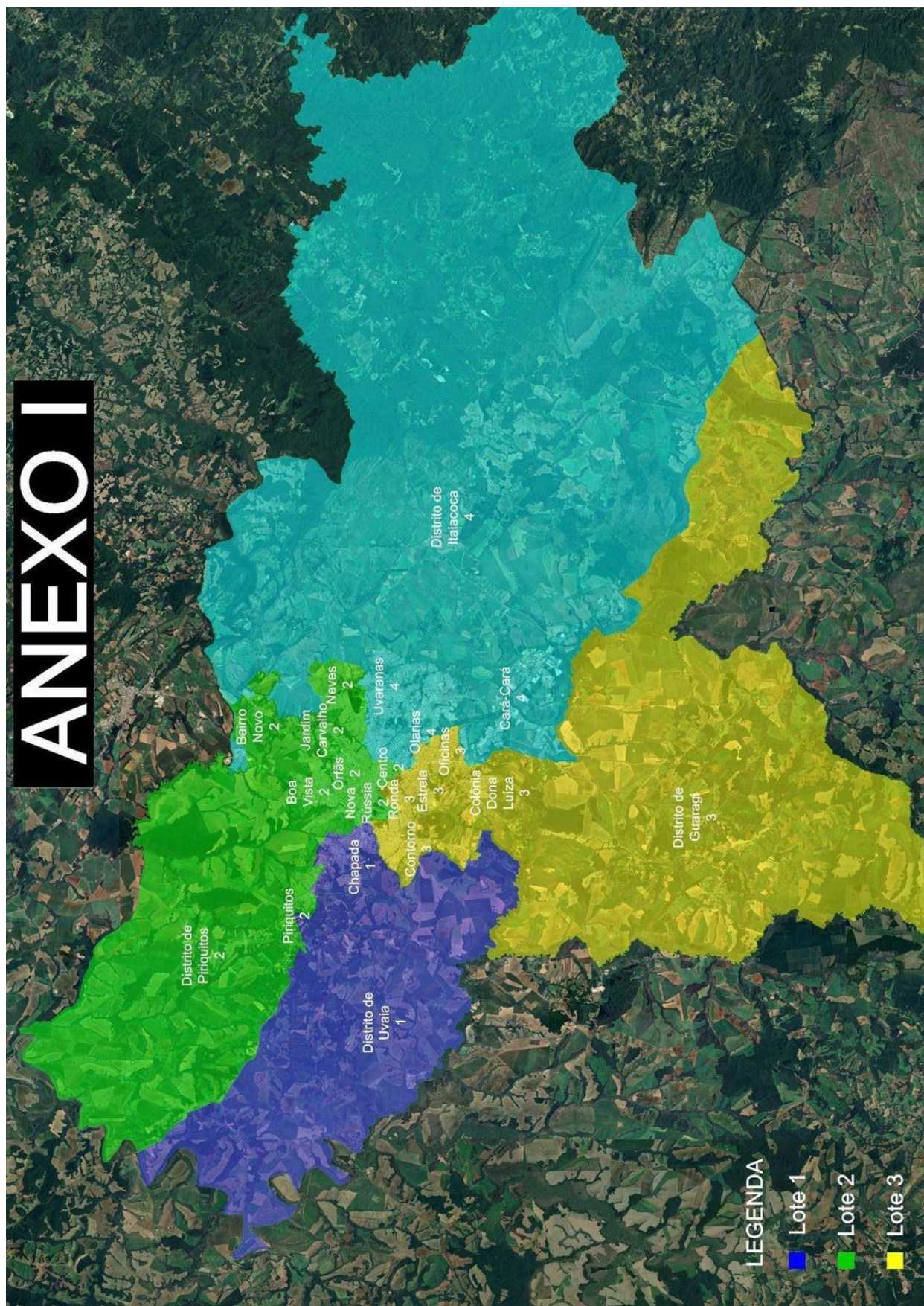
Recurso Próprio: 1000

Ponta Grossa, 12 de janeiro de 2026

Assinado por:
Gustavo Eduardo Brasanini do Nascimento
12/01/2026 - 14:51
TDABUSAVQYWCYEOHSWR9W

Gustavo Eduardo Brasanini do Nascimento (Engenheiro Civil - matrícula nº 33.068)

ANEXO I



Anexo II

Requisitos de Entrega, Recebimento e Medição

Produto	Requisitos
Estudos Topográficos	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Levantamento Planialtimétrico;- Processamento de Dados Brutos;- Elaboração de Plantas Topográficas;- Elaboração do Relatório de Estudos Topográficos. <p>Os documentos deverão conter os dados planialtimétricos dos pontos característicos e cadastrais, por irradiação, georreferenciado com GPS geodésico e RN, escala H = 1:500 e V = 1:100 e materialização dos pontos da poligonal.</p>
Estudos de Tráfego	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estimativa Preliminar de Tráfego Atual e Futuro;- Coleta de Dados Existentes e Complementares (contagem de tráfego);- Tratamento dos Dados e Elaboração do Estudo;- Elaboração do Relatório de Estudo de Tráfego.
Estudos Hidrológicos	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Coleta e análise de dados pluviométricos (intensidade, duração, frequência);- Determinação das bacias de contribuição.
Estudos Geotécnicos	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Sondagem e Coleta de Material de Subleito;- Sondagem e Coleta de Material de Empréstimos;- Sondagem e Coleta de Material de Jazidas;- Sondagem Rotativa;- Sondagem e Coleta de Material de Pedreira e Areal;- Ensaios Geotécnicos;- Elaboração do Relatório de Estudos Geotécnicos. <p>Os documentos entregues deverão conter um croqui com os locais dos furos, no mínimo um a cada 100m de extensão da via e uma planilha com os resultados dos ensaios geotécnicos de cada furo.</p> <p>Os ensaios geotécnicos serão, no mínimo: Granulometria ou Granulometria com Sedimentação; Limite de Liquidez; Limite de Plasticidade; Índice de Grupo; Classificação HRB; Massa Específica Real; Massa Específica Aparente; Massa Específica Máxima; Umidade Natural; Umidade Ótima; Expansão; CBR/ISC.</p>
Projeto de Terraplenagem	<p>O produto é composto por:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação de Materiais e Quadro de Distribuição de Massa (QDM); - Elaboração de Desenhos (Planta Geral, Desenhos Esquemáticos, Linear de Distribuição, Seções Transversais); - Elaboração do Relatório e Volume do Projeto de Terraplanagem.
Projeto Geométrico e Interseções	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto Planimétrico; - Projeto Altimétrico; - Notas de Serviço - Volume - Seção Transversal; - Elaboração de Desenhos, Relatório e Volume de Projeto Geométrico.
Projeto de Pavimentação	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição dos Parâmetros do Projeto; - Pré-dimensionamento; - Memorial de Cálculo e Quantitativos; - Elaboração de Desenhos; - Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Pavimentação.
Projeto de Drenagem	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento dos Dados e Estudos Preliminares; - Delimitação das Bacias de Drenagem (Planta das Bacias de Drenagem); - Definição das Soluções de Drenagem e Pré-dimensionamento; - Dimensionamento das Estruturas de Drenagem Projetada e Verificação de Suficiência Hidráulica das Obras Existentes; - Detalhamento dos Dispositivos de Drenagem em Planta/Perfil; - Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Drenagem.
Projeto de Sinalização e Obras Complementares	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição dos Parâmetros de Projeto; - Pré-dimensionamento; - Elaboração dos Desenhos; - Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Sinalização e Obras Complementares.
Projeto Estrutural de Obras de Arte Especial (OAE)	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento dos Dados e Estudos Preliminares de OAE; - Concepção de Soluções para OAE; - Projeto Executivo da OAE; - Elaboração do Relatório e Volume de Projeto da OAE.

Projeto Estrutural de Bueiro Simples Celular de Concreto (BSCC)	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e Estudos Preliminares de BSCC; - Projeto Estrutural de BSCC; - Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BSCC.
Projeto Estrutural de Bueiro Duplo Celular de Concreto (BDCC)	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e Estudos Preliminares de BDCC; - Projeto Estrutural de BDCC; - Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BDCC.
Projeto Estrutural de Bueiro Triplo Celular de Concreto (BTCC)	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e Estudos Preliminares de BTCC; - Projeto Estrutural de BTCC; - Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BTCC.
Documentação para Decreto de Utilidade Pública (DUP)	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos Proprietários dos Imóveis a serem Desapropriados; - Plantas de Desapropriação; - Memoriais Descritivos de Limites e Confrontações; - Avaliação de Custos (Estimativa); - Quadro Resumo de Áreas a Desapropriar.
Projeto de Desapropriação	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa de Mercado; - Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Desapropriação.
Projeto de Paisagismo	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Projeto de Paisagismo.
Projeto de Interferência de Iluminação e Rede Elétrica	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Relatório de Interferência de Iluminação e Rede Elétrica.
Orçamento e Memoriais de Cálculo (Tabela SINAPI)	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Orçamento e Memoriais de Cálculo utilizando a tabela SINAPI em planilha múltipla ou substituta
Orçamento e Memoriais de Cálculo (Tabela DER-PR)	O produto é composto por: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Orçamento e Memoriais de Cálculo utilizando a tabela DER-PR em planilha da SECID ou substituta
Cronograma e Planos de	O produto é composto por:

Execução	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Cronograma e Planos de Execução.
Projeto Executivo	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Relatório e Volume do Projeto Executivo.
Topografia (OAE)	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento Planialtimétrico; - Processamento de Dados Brutos; - Elaboração de Plantas Topográficas; - Elaboração do Relatório de Estudos Topográficos. <p>Os documentos deverão conter os dados planialtimétricos dos pontos característicos e cadastrais, por irradiação, georreferenciado com GPS geodésico e RN, escala H = 1:500 e V = 1:100 e materialização dos pontos da poligonal.</p>
Sondagem por SPT	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Coleta de Amostra; - Emissão de Laudo. <p>O laudo deverá conter no mínimo as seguintes informações: resistência à penetração, identificação tátil visual, posição de nível de água.</p> <p>Ensaio adicional, mesmo que constando no mesmo laudo, serão medidos e pagos à parte.</p>
Sondagem por Trado	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Coleta de Amostra; - Emissão de Laudo. <p>O laudo deverá conter no mínimo as seguintes informações: identificação tátil visual, posição de nível de água.</p> <p>Ensaio adicional, mesmo que constando no mesmo laudo, serão medidos e pagos à parte.</p>
Sondagem Rotativa	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Coleta de Amostra; - Emissão de Laudo. <p>O laudo deverá conter no mínimo as seguintes informações: identificação tátil visual, posição de nível de água.</p> <p>Ensaio adicional, mesmo que constando no mesmo laudo, serão medidos e pagos à parte.</p>
Ensaio de Granulometria	<p>O produto é composto por:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
Ensaio de Granulometria com Sedimentação	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
Ensaio de Limite de Liquidez	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
Ensaio de Limite de Plasticidade	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
Ensaio de Umidade Natural	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
CBR na Umidade Ótima	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
Ensaio de Massa Específica Real de Grãos	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
Ensaio de Massa Específica Aparente	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do ensaio conforme normas técnicas vigentes; - Emissão de Laudo Individual ou agrupado aos demais ensaios.
Estudo de Cotas de Inundação	<p>O produto é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quadro resumo contendo descrição sucinta das localizações de estações pluvio-fluviométricas utilizadas e dos pontos estudados; - Quadro resumo das vazões máximas, cotas relativas e absolutas respectivas, para os Tempos de Retorno de interesse; - Memorial de cálculo do Tempo de Concentração, determinação do coeficiente de Manning, dentre outros; - Tabela cota-vazão; - Planta geral contendo a localização do empreendimento, bem como a seção transversal.

ANEXO III

Especificações dos Projetos

A elaboração e a entrega dos projetos deverão seguir rigorosamente as diretrizes e padrões estabelecidos nas seguintes referências técnicas e normativas, considerando sempre as últimas edições e atualizações de cada documento. A CONTRATADA deverá demonstrar conhecimento e aplicação integral, não exclusivamente, destes referenciais:

Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): Em especial as relativas a projetos de pavimentação, terraplenagem, drenagem, estruturas, sondagens e acessibilidade.

Especificações de Serviços Rodoviários:

Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR).

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) – manuais, especificações e procedimentos.

Padrões Municipais:

Modelos, padrões e detalhes técnicos adotados pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento (SMIP).

Legislação e Resoluções:

Resolução 80/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e suas regulamentações.

Manuais e Guias Específicos de Pavimentação:

Especificações de Serviços para Obra de Pavimentação Poliédrica – DER-PR.

Manual de Pavimentos Rígidos – DNIT-IPR-714/2005.

Manual de Projeto e Dimensionamento de Pavimento de Concreto – Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

Norma ABNT NBR 15953 – Pavimento intertravado com peças de concreto — Execução:

Manual de desempenho para Pavimento Intertravado, da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

Seguir relação de normas vigentes x substituídas do IPR - DNIT

DISPOSIÇÕES GERAIS

A – ETAPA 1: DELIMITAÇÃO DA INTERVENÇÃO (APLICADO A TODOS OS PROJETOS)

O Projeto Básico constitui o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação. Deverá ser elaborado com base em estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, possibilitando a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. Deverá conter os seguintes elementos:

- **A.1 Planta de Situação:** Representação geral do contexto do projeto.
- **A.2 Planta de Localização:** Detalhamento da localização específica da intervenção.
- **A.3 Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral:** Levantamento de alta precisão dos pontos característicos e cadastrais, realizado por irradiação, georreferenciado com GPS geodésico e referência de nível (RN), com escala de desenho horizontal de 1:500 e vertical de 1:100. Imprescindível a materialização dos pontos da poligonal, servindo como base acurada para todas as etapas subsequentes do projeto.
- **A.4 Caracterização Geotécnica Preliminar:** Caracterização do subleito através de laudo de sondagem do solo, compreendendo:
 - Croqui de Locação:** Indicação dos furos de sondagem, com espaçamento máximo de 100 metros, e mínimo de dois por quadra, priorizando pontos críticos (solos moles, afloramentos rochosos, etc.).
 - Sondagem de Campo:** Sondagem à percussão (SPT) e sondagem de trado, conforme **ABNT NBR 6484:2020** e **ABNT NBR 8036:1983**, respectivamente.
 - Ensaio de Caracterização de Laboratório:**
 - Ensaio de agregados (quando aplicável).
 - Análise granulométrica.
 - Limites de Atterberg (Limite de Liquidez - LL e Índice de Plasticidade - IP).
 - Índice de Grupo (IG).
 - Classificação H.R.B.
 - Densidade máxima (g/cm³).
 - Teor de umidade ótima (h_{ot} %).
 - Expansão (%).
 - ISC (Índice de Suporte Califórnia - CBR) (%).
 - Ensaio In Situ:**
 - Teor de umidade natural (h_{nat} %).
 - CBR (%).
 - Documentação Final:** O trabalho final deverá ser acompanhado por todas as planilhas de ensaios referentes aos furos e demais planilhas contendo:
 - Boletim de sondagem.
 - Umidade natural.
 - Quadro resumo de resultados de ensaios com a apresentação de IS e IG.
 - ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) quitada, indicando a rua e o trecho de intervenção.
- **A.4.1 Controle e Fidedignidade dos Ensaio de Sondagem** Para maximizar a

integridade e a rastreabilidade dos dados geotécnicos, e em conformidade com as melhores práticas de engenharia e governança da informação, será mandatório o registro fotográfico de cada furo de sondagem. As fotografias deverão ser capturadas *in situ* e em tempo real, evidenciando uma placa de identificação visivelmente legível que contenha, no mínimo, o nome completo da via onde o ensaio está sendo executado e o número sequencial exclusivo do furo de sondagem. Esta sistemática é estratégica para garantir a acurácia e a auditabilidade das informações coletadas, prevenindo a ocorrência de inconsistências, omissões ou adulterações nos relatórios de campo, e assegurando a base técnica sólida para o dimensionamento e a execução eficazes dos projetos de pavimentação, alinhando-se aos princípios de eficiência e legalidade na gestão pública.

- **A.5 Estudo de Volume de Tráfego:** Análise para projeção de cargas e dimensionamento preliminar do pavimento.
- **A.6 Pré-Dimensionamento da Estrutura do Pavimento:** Com base nos estudos geotécnicos e de tráfego.
- **A.7 Projeto Geométrico Preliminar:** Será desenvolvido com base na relação de ruas disponibilizada pela SMIP, nos estudos topográficos e nas orientações gerais da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento.

Projeto Planimétrico:

Desenho em planta na escala 1:500.

Alinhamento do eixo, estaqueado e numerado de 20,00m em 20,00m.

Elementos definidores das curvas de concordância (PI, PC, PT, raio, desenvolvimento, ângulos centrais, etc.).

Cadastro completo: Alinhamentos prediais, divisas, entradas de garagens, detalhamento do sistema viário existente, lotes e frentes das edificações, indicações das soleiras, árvores, postes, torres, caixas de inspeção, guias, sarjetas, muros existentes, dispositivos de drenagem existentes, rios, arroios, córregos, etc.

Cotas e posições de Referências de Nível (RNs).

Representação dos "OFF-SETs" em planta.

Marcação das interferências a serem removidas com cadastro fornecido pela concessionária responsável e solução preliminar para a mudança de local do equipamento.

Integração de Cruzamentos: Todos os levantamentos deverão contemplar os cruzamentos das ruas transversais no trecho proposto, adentrando, no caso do geométrico e seções, no mínimo 20m do alinhamento predial em ambos os lados, com a indicação das deflexões reais existentes.

Projeto Altimétrico (Perfil Longitudinal):

Desenho do perfil longitudinal do terreno e o projeto de greide no eixo da rua nas escalas 1:500 (horizontal) e 1:100 (vertical).

Porcentagem das rampas e seus comprimentos.

Localização do ponto baixo em curvas côncavas.

Comprimento das projeções das curvas de concordância vertical.

Cotas do PIV, PVC, PTV de cada curva vertical.

Representação convencional das obras de arte correntes.

Estaqueamento.

Compatibilização Estratégica: O projeto altimétrico (greide) deverá ser rigorosamente compatibilizado com as cotas das soleiras das residências existentes, de forma a não prejudicar as condições de acesso e a garantir a harmonia entre lotes da mesma via, buscando sempre possíveis melhorias e minimizando impactos na propriedade privada.

Forma de Apresentação: Os desenhos deverão ser elaborados em pranchas A-1. A prancha deverá conter na sua parte superior o projeto planimétrico com indicação do norte e, na sua parte inferior, o projeto altimétrico correspondente ao mesmo segmento, garantindo a correlação espacial e temporal.

A.8 Demais estudos: Elaborados conforme normas técnicas vigentes, para estudo de cota de inundação e estudos hidrológicos, seguir normativas da SANEPAR

A.9 Entrega do Projeto Básico: O Projeto Básico deverá ser entregue em um volume consolidado:

Volume 1 – Relatório do Projeto Básico: Em tamanho A4, contendo a descrição sucinta dos estudos desenvolvidos, os resultados obtidos e as peças gráficas essenciais dos projetos. A entrega deverá ser em via digital nos formatos **DWG (editável)** e **PDF (pesquisável)**, garantindo a auditabilidade e a reutilização dos dados.

Padrões Gráficos: Os desenhos deverão obedecer aos seguintes padrões:

Modelo de prancha A1 (regra geral para todos os projetos).

Os textos deverão ser dimensionados para leitura em formato A4, com formatação segundo as normas da ABNT, fonte Arial 12 e espaçamento 1.

B -ETAPA 2: DETALHAMENTO PARA EXECUÇÃO DA OBRA (PRODUTOS APLICADOS CONFORME NECESSIDADE)

O Projeto Executivo constitui o conjunto de elementos necessários e suficientes para a completa e inequívoca execução da obra, em estrita conformidade com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às melhores práticas da engenharia. Esta fase aprofunda o detalhamento do Projeto Básico, tornando-o apto para a licitação de obras.

- **B.1- Planta de Situação Executiva.**
- **B.2- Planta de Localização Executiva.**
- **B.3- Projeto Geométrico Executivo:** Aprofundamento e detalhamento do Projeto Geométrico Preliminar.
- **B.4- Projeto de Desapropriações e Servidões:** Detalhamento das áreas e processos de desapropriações e/ou servidões necessárias à implantação da obra, com a precisão exigida para fins legais e cartoriais.
- **B.5- Projeto de Pavimentação:**
 - B.5.1 - PROJETO DE PAVIMENTOS NOVOS:**

Base Conceitual: O projeto de pavimentação será desenvolvido com base em uma integração de estudos: Estudos Topográficos, Estudos

Geotécnicos, Projeto Geométrico e Dados de Tráfego.

Memória de Cálculo Abrangente: Constituir-se-á de memória de cálculo contendo:

Determinação do número de repetições de eixo simples, duplos ou triplos dos veículos comerciais para a vida de projeto, conforme metodologia de dimensionamento adotada.

Estudo estatístico e definição dos valores característicos do subleito para cada subtrecho homogêneo, considerando que, quando houver a possibilidade de execução de regularização e compactação do subleito, deverão ser consideradas as condições do material "in situ" e seu potencial de melhoria.

Definição dos materiais a serem utilizados nas diversas camadas do pavimento, com suas propriedades e especificações.

Dimensionamento do pavimento da pista de rolamento, em conformidade com as metodologias e normas aplicáveis.

Desenhos apresentando a seção transversal tipo e detalhes construtivos.

Dimensionamento de Pavimento Flexível: O dimensionamento para pavimento flexível adotado deverá atender, no mínimo, a Metodologia DNER-1966/1981 do Eng. Murilo Lopes de Souza, ou outra metodologia reconhecida e justificada pela Contratada.

Representação Gráfica: A seção transversal tipo de pavimento para os diversos trechos homogêneos deverá ser apresentada em escala 1:50, contendo todas as informações necessárias quanto ao pavimento e passeio, inclusive com estacas de referência do projeto geométrico para cada seção tipo. No caso de soluções diferenciadas para cada trecho, deverão ser apresentadas as respectivas seções tipo para cada caso com indicação das respectivas estacas de referência.

Índice de Suporte do Subleito (CBR): O índice de suporte do subleito será calculado com base nos resultados dos ensaios geotécnicos realizados com os materiais do subleito e das ocorrências de materiais indicados para terraplenagem, garantindo a representatividade dos dados.

Alternativas de Dimensionamento e Materiais Inovadores: Caso a CONTRATADA proponha alternativas de dimensionamento de pavimento ou a aplicação de novos materiais/tecnologias, a solução deverá ser **discutida, analisada e formalmente aprovada em conjunto com a SMIP** durante a fase de apresentação do Projeto Básico. Para tal, a empresa deverá elaborar uma **justificativa técnica robusta**, contendo análise comparativa de desempenho, análise de ciclo de vida, avaliação de custos e um relatório técnico com informações detalhadas e específicas dos materiais e/ou dimensionamentos propostos, incluindo as especificações dos materiais e serviços que constarão do orçamento, assegurando a otimização técnica e econômica.

Dimensionamento de Pavimentos Rígidos: O dimensionamento para Pavimento Rígido adotado deverá atender, no mínimo, o Manual de Pavimentos Rígidos – DNIT-IPR-714/2005 e o Manual de Projeto e

Dimensionamento de Pavimento de Concreto – Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), além das normas da ABNT para o respectivo pavimento.

Dimensionamento de Pavimentação Poliédrica: O dimensionamento para Pavimentação Poliédrica adotado deverá atender, no mínimo, o Caderno de Especificações de Serviços para Obras de Pavimentação Poliédrica do DER-PR, além das normas da ABNT para o respectivo pavimento.

Dimensionamento de Pavimentação com Blocos Intertravados: O dimensionamento para Pavimentação com Blocos Intertravados adotado deverá atender, no mínimo, o Manual de desempenho para Pavimento Intertravado, da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), além das normas da ABNT para o respectivo pavimento.

B.5.2- PROJETO DE RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO:

Avaliação Diagnóstica: Deverá ser procedida uma avaliação funcional e estrutural do pavimento existente através de estudos geotécnicos e levantamentos de campo, com as seguintes atividades:

Inspeção visual detalhada para avaliação do comportamento estrutural do pavimento em cada quarteirão do segmento, registrando as mudanças nas condições atuais de superfície do pavimento e definindo os segmentos homogêneos.

Inventário da superfície de rolamento ao longo da extensão do segmento, afetadas por trincas do tipo FC2 e FC3 interligadas e isoladas, deformações plásticas localizadas, afundamento de trilha de roda, desgastes, panelas, remendo profundo, etc., utilizando-se da norma DNIT 007/2003-PRO, com um mínimo de três superfícies por segmento homogêneo.

Determinação das Medidas das Deflexões Recuperáveis de acordo com a Norma do DNER-ME 24-94, feitas de 40 em 40m alternadamente em relação ao eixo da pista ou de 80 em 80m em uma mesma faixa de tráfego.

A critério da CONTRATADA, estes estudos poderão ser complementados com a leitura das deflexões com FWD (Falling Weight Deflectometer) ou outros ensaios não destrutivos de alta tecnologia, desde que aprovados pela SMIP.

Cadastramento das áreas com remendos.

Cadastramento das áreas de acostamento com a presença de erosões ou depressões acentuadas que determinem a necessidade de reconformação ou pavimentação.

Caracterização da Estrutura Existente: Para definir a estrutura e características do pavimento existente e subleito, deverão ser executadas sondagens à trado e/ou pá e picareta, no bordo do pavimento para identificação das diversas camadas do pavimento, com coleta de amostras para caracterização dos materiais (limite de liquidez, limite de plasticidade e granulometria sem sedimentação). Do material do subleito serão executados também os Índices de Suporte Califórnia (CBR). Os ensaios serão realizados de acordo com os Métodos de Ensaios do

DNER. Se for utilizado o método de Resiliência para o projeto de reabilitação do pavimento, deverá ser executado um ensaio de granulometria com sedimentação em cada segmento homogêneo.

Dimensionamento do Reforço do Pavimento: Na sequência, deverá ser feito o Dimensionamento do Reforço do Pavimento através dos procedimentos DNER-PRO-11/79 e DNER-PRO 269/94 (TECNAPAV), podendo a critério da CONTRATADA, caso esta julgue necessário, realizar também o dimensionamento por Análise Mecanicista (ou Métodos Racionais) ou Modelos Mecanísticos/Empíricos, adotando ao final as espessuras do método que melhor se adaptar às condições funcionais e estruturais da cada segmento homogêneo estudado.

Deflexão Admissível: No projeto de Restauração do Pavimento, a deflexão admissível (Dadm) a ser adotada não deverá ser inferior a 60×10^{-2} mm.

Otimização da Intervenção: Nas soluções adotadas para o reforço do pavimento, deverá ser buscado sempre que possível a manutenção dos meios-fios existentes, empregando-se para tal as técnicas de fresagem e/ou reciclagem parcial da estrutura do pavimento existente, de forma a minimizar o aumento de cota do pavimento após sua restauração e reduzir custos e impactos urbanos.

B.6- Projeto de Terraplenagem Executivo: O projeto de terraplenagem será desenvolvido tendo como base os estudos topográficos, estudos geotécnicos, o projeto geométrico. Quando do greide já constituído, as correções terão por base as cotas de soleiras, calçadas existentes e acessos de ruas transversais, e constituir-se-á de:

Cálculo de Volume: Determinação precisa do volume de movimento de terra (corte e aterro), visando a otimização do balanço de massas.

Especificação de Materiais: Indicação dos materiais a serem empregados nas diversas camadas de aterro e o grau de compactação a ser observado, conforme **ABNT NBR 7182:2025**.

Análise de Viabilidade: Análise de viabilidade do material indicado para aterro, ocorrências e adequabilidade do material às condições climáticas durante a execução, visando a minimização de retrabalhos.

Detalhes de Seções Transversais: Detalhes das seções transversais tipo e soluções particulares para o caso de dificuldade de acesso aos moradores e da interrupção de acesso de vias transversais em decorrência da implantação do projeto.

Conformação de Terreno: As seções transversais tomarão por base os pontos do nivelamento do eixo em cada estaca e a confluência do eixo com as ruas transversais, incluindo, também, quando existirem, os pontos com expressiva variação do corpo estradal. O eixo das seções transversais deverá coincidir com o eixo definido para a altimetria e representar, para ambos os lados da pista proposta, a configuração de terreno existente entre prediais e, caso ocorram grandes desníveis onde o predial não estiver materializado, as cotas deverão ser levantadas de modo a representar os pontos extremos dos desníveis, compreendendo desta forma o avanço necessário para acomodar os taludes ou provável obra de arte que se faça necessária.

Intervenção em Vias Implantadas: Nos trechos em projeto onde as vias já estão implantadas, a terraplenagem ficará restrita à escavação da caixa da pista de rolamento, na largura definida pelo Projeto Geométrico acrescida de 0,50 (meio) metro para cada lado e na profundidade necessária para implantação do dimensionamento do pavimento.

Implantação de Novas Vias: Nos trechos em projeto em que for feita a implantação da rua, a terraplenagem deverá ser executada (aterro e/ou corte) de maneira a se obter uma superfície na largura prevista no Projeto Geométrico entre os Alinhamentos Prediais Propostos, e observando as diferenças de cotas entre os passeios e a pista de rolamento, sendo a pista considerada com acréscimo de 0,50 (meio) metro para cada lado.

Taludes: Os taludes de corte e/ou saia de aterro deverão ser previstos a partir dos Alinhamentos Prediais, garantindo a estabilidade e a segurança.

Apresentação: As seções transversais deverão ser apresentadas na escala de 1:200 (vertical e horizontal), com a indicação das áreas de corte e aterro correspondente a cada seção. Modelo poderá ser retirado junto à SMIP.

B.7- Projeto de Detalhes de Via:

Seção Transversal Tipo: Indicando camadas do pavimento, declividade, largura da pista de rolamento, meio-fio, sarjeta e paisagismo, com todos os detalhes construtivos.

Interseções: Apresentando detalhes dos cruzamentos das vias e especificando raio de curvatura, concordância de níveis e demais detalhes que se fizerem necessários para a segurança e fluidez do tráfego.

Detalhe das Áreas de Estacionamento: Se necessário, com dimensionamento e demarcação.

B.8- Projeto de Sinalização Horizontal, Vertical, Semafórica e Pontos de Parada do Transporte Coletivo: O Projeto deverá conter a tipologia e o quantitativo da sinalização horizontal, vertical, semafórica, ciclo-faixas e pontos de parada de transporte coletivo, conforme as características da via, de acordo com o **Código de Trânsito Brasileiro (CTB)** e suas regulamentações. O projeto deverá ser submetido à **aprovação da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte (AMTT)** do Município.

Integração Cadastral: Os desenhos deverão ser apresentados conforme o projeto geométrico, considerando o cadastro do levantamento topográfico, bem como os estacionamentos exclusivos (táxi, ambulância, veículos oficiais, etc.), os estacionamentos proibidos (pontos de ônibus, embarque e desembarque de escolas e hotéis), "equipamentos urbanos" existentes na via e proximidades dela (escolas, hospitais, postos de saúde, parques, etc.), ciclo-faixas, os sentidos de circulação da via, a hierarquização da via com as transversais e tudo o que possa interferir para a elaboração do projeto de sinalização, visando a segurança viária e a otimização do fluxo.

Apresentação: A apresentação do projeto deverá ser em prancha em formato A1, escala 1:500, com detalhamento em escala 1:250, quando necessário, para garantir a clareza dos elementos críticos.

B.9- Projeto de Drenagem:

Base Conceitual: O projeto de drenagem será desenvolvido com base em uma análise integrada de: Estudos Topográficos, Estudos Hidrológicos, Projeto Geométrico e Projeto de Pavimentação e Terraplenagem.

Forma de Apresentação: Os desenhos deverão ser apresentados conforme projeto geométrico, contendo no mínimo os seguintes elementos:

Estudo de vazão das bacias de contribuição.

Indicação de escoamento superficial através das cotas do terreno.

Traçado das galerias, incluindo emissário final, com indicação de comprimento, diâmetro, declividade e vazão.

Localização e projeto das captações e respectivos ramais de ligação.

Numeração dos coletores.

Indicação entre os dispositivos de drenagem, da declividade, do diâmetro da rede e das respectivas distâncias.

Bueiro de greide, se necessário.

Perfil longitudinal.

Cotas do terreno, da geratriz inferior das tubulações, dos dispositivos de drenagem e respectivas profundidades.

Altura e cotas dos degraus.

Redes existentes e suas características.

Localização e tipos das sarjetas.

Interferência no caminhamento da rede.

Detalhes das bocas de lobo, bocas de leão e caixas de ligação.

Detalhe dos dissipadores de energia se necessário.

Memória de cálculo da vazão.

Características dos desenhos que sejam repetidas indicadas na legenda.

Drenagem Superficial: Concepção e Dimensionamento: A concepção geral do sistema de drenagem superficial a ser proposto deverá visar a captação das águas que percorrem o trecho em projeto e das que fluem das ruas transversais ao mesmo, em ambos os lados da rua, por dispositivos de captação do tipo "bocas de lobo" representado pela sigla "BL". Para as ruas transversais que contribuem para o sistema de drenagem estudado, mas não são pavimentadas, serão adotados os dispositivos de captação denominados "bocas de leão" representados pela sigla "LE". Estes se diferenciam dos primeiros por terem abertura não alinhada ao meio-fio, mas sim, aberta no sentido longitudinal à rua contribuinte conforme indicado nos detalhes a serem fornecidos pela SMIP. Os dispositivos de condução das águas pluviais denominados "coletores", serão localizadas nos eixos de meio-fio, à direita ou à esquerda, conforme indicação do projeto, e respeitando-se as declividades calculadas na planilha de dimensionamento do sistema, de modo a atenderem aos limites de velocidade (mínimo 0,75m/s e máximo 5,0m/s) bem como a capacidade prevista para os trechos. Já os denominados "de transposição", compreendem as travessias existentes ao longo da galeria principal, que não assumem papel de coletores e, assim sendo, serão executadas em tubos com 40cm de diâmetro e declividade mínima de 1%. As redes projetadas, dependendo do cenário de implantação da obra, serão interligadas em redes de sistema já existente, resguardada a perfeita

interligação do sistema, ou apresentarão emissários próprios. Para o primeiro caso, deverão ser representadas em planta os dispositivos que deverão ser adaptados, conforme nomenclatura indicada no modelo a ser retirado junto à SMIP. Para o segundo caso, em não sendo necessários uso de elementos especiais de dissipação, deverão ser utilizadas as denominadas alas de cabeceira padrão SMSP/PMPG. Quando a descarga está prevista em cursos de água, será necessário considerar a existência ou não de um perfil de equilíbrio estável, velocidade compatível e com altura de lâmina d'água suficiente para amortecer as velocidades do fluxo de saída das galerias e condicioná-las às velocidades impostas pelo canal natural. Em caso de condições adversas, serão adotadas estruturas especiais de dissipação de energia a serem adequadas a cada caso, e detalhadas com a apresentação do dimensionamento hidráulico da mesma, bem como projeto estrutural. No desenvolvimento do projeto de galerias de águas pluviais, serão considerados os seguintes critérios:

Coefficiente de Deflúvio: Será adotado 0,60.

Tempo de Recorrência: Será adotado dois anos, para a rede de drenagem projetada por se tratar de áreas residenciais.

Tempo de Concentração: Será obtido em função do tempo de acesso inicial e do tempo de percurso no interior da galeria até o ponto considerado para cálculo da vazão. O tempo de acesso inicial será de 10 minutos.

Localização da Galeria Tronco: O lançamento da galeria se dará no limite entre a rua e a calçada. Esta medida possui as vantagens de se prever bocas de lobo visitáveis e a não interferência com os postos de outros condutos situados nas calçadas, além da minimização das cargas sobre o tubo e a possibilidade de recuperação ou substituição da galeria sem interferência total no tráfego.

Lançamento da Galeria em Perfil: Deve-se levar em consideração a minimização dos volumes de escavações, bem como, os limites de velocidade e capacidade dos dispositivos projetados.

Profundidades Mínimas Adotadas: 1,20m, 1,50m, 1,70m, 2,00m, 2,40m e 2,80m para as tubulações de Ø 0,40m, Ø 0,60m, Ø 0,80m, Ø 1,00m, Ø 1,20m e Ø 1,50m, respectivamente, tomando como referência a cota do pavimento e a geratriz inferior do tubo.

Localização dos Dispositivos de Captação: A distância máxima entre dispositivos será de 100m, os mesmos não devem ficar na curva de concordância das esquinas nem em locais previsíveis para travessias de pedestres ou acesso de veículos. Deverão ser locados também nos pontos em que a configuração do greide favoreça o acúmulo de águas superficiais. Os dispositivos serão confeccionados seguindo o padrão utilizado pelo município, cujos detalhes deverão ser retirados junto à SMIP.

Capacidade de Engolimento das Bocas de Lobo: 60L/s por unidade.

Limites de Velocidade: Para o escoamento das águas no interior dos condutos: mínimo de 1,00m/s e máximo de 5,00m/s.

Dispositivos de Mudança de Direção e/ou Queda: Em casos de necessidade de mudança de direção e/ou interligação de redes, serão

utilizados dispositivos sem captação denominados "caixa de ligação", representados pela sigla "CL". Quando houver necessidade de aprofundar os dispositivos para minimizar as declividades da galeria de jusante, ele poderá se dar tanto nas caixas de ligação quanto nas bocas de lobo. O dimensionamento da galeria pluvial deverá ser apresentado em planilha conforme modelo a ser retirado junto à SMIP ou modelo da empresa aprovado por esta. A parte gráfica do Projeto de Drenagem Pluvial é composta pela planta de áreas de contribuição para o cálculo da drenagem, elaborada sobre a base cartográfica com a indicação das curvas de cota das ruas das imediações que contribuem para o trecho de galeria do projeto e o lançamento da rede projetada. Também compõem a parte gráfica o levantamento planimétrico, onde será indicado o traçado da canalização dimensionada, bem como as profundidades finais dos dispositivos que o compõem, e pelo levantamento altimétrico onde a rede tronco e os dispositivos serão representados em perfil, conforme modelo. No caso de existência de galerias de transposição de talvegues, deverão ser apresentados os procedimentos de cálculo, atendendo as seguintes recomendações mínimas:

Para o dimensionamento do conduto, será utilizada a fórmula de Manning com coeficiente de rugosidade para o concreto ($n=0,0165$).

O tempo de recorrência a ser adotado será de dez a vinte anos.

Para a seção de escoamento, será considerado o critério da altura da lâmina d'água a 90% do diâmetro, enquanto para seções não circulares, 95% da altura interna, de forma tal que, atendendo aos limites máximos e mínimos de velocidade anteriormente definidos, bem como a capacidade necessária, esteja em conformidade com a estabilidade necessária ao corpo receptor.

Em caso de utilização de galeria tubular, deverá ser previsto em projeto a acomodação desta sobre berço de concreto.

O diâmetro comercial máximo admitido para galeria tubular é de 1,50m. Caso haja necessidade de dimensão superior, a mesma deverá ser em bueiro celular de concreto, cujo projeto estrutural deverá ser apresentado juntamente com a respectiva ART. A parte gráfica das galerias de transposição deverá ser representada em planta e perfil próprios com a amarração ao levantamento planialtimétrico da pista que transponham, representando: edificações, soleiras, árvores, taludes (indicação de crista e pé), dos elementos representativos que venham a interferir na obra, incluindo cadastramento das tubulações existentes ou que serão interligadas ou mesmo a serem substituídas (diâmetro e extensões) e demais dispositivos e elementos com interferência no projeto. As seções transversais deverão ser a cada metro em escala 1:200 (vertical e horizontal), abrangendo uma amplitude mínima de 15,00m para cada lado das margens do arroio.

Drenagem Subterrânea: Análise e Soluções: Para determinar a necessidade ou não de drenagem profunda em uma rua, leva-se em consideração o teor de umidade natural e o teor de umidade ótima das amostras de solo analisadas em

laboratório. Os resultados obtidos são analisados com base na seguinte regra prática:

$Hot + 10 > Hnat$ Não há necessidade de drenar

$Hot + 10 < Hnat$ Há necessidade de drenar Onde: Hot = teor de umidade ótima do solo (%) Hnat = umidade natural do solo (%) Nos trechos em que haja necessidade de drenagem, deverão ser utilizados drenos do tipo cego e tubular e/ou galeria drenada conforme detalhes a serem retirados juntos à SMIP.

OBS: Para Efeitos de Quantificação:

Os dispositivos de drenagem denominados por boca de lobo, leão e caixa de ligação, serão classificados por unidade, seguindo padrão PMPG, atendendo a relação existente entre sua profundidade final e a tabela a ele correspondente, visto tratarem de peças a serem confeccionadas segundo padrão Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos deste município.

A extensão da tubulação deverá ser apresentada em separado, de acordo com os diâmetros projetados, bem como fazendo a distinção entre drenada e não drenada.

Os dispositivos complementares deverão ser apresentados por unidade e separados por tipo.

O movimento de terra necessário para a implantação da rede de drenagem deverá ser quantificado conforme planilha modelo a ser retirada junto à SMIP.

Nos trechos com restauração de pavimento existente e capeamento ou recapeamento, deverão ser indicados os serviços de complementação ou adaptação necessária ao sistema existente, incluindo identificação dos dispositivos de captações e a extensão das galerias a serem executadas ou remanejadas, bem como serviços porventura necessários em emissários.

B.10- Projeto de urbanização:

B10.1 Projeto dos passeios apresentados por rua (ou trecho), contendo:

O projeto dos passeios, elemento fundamental para a mobilidade urbana, acessibilidade universal e qualidade de vida, deverá ser apresentado por rua (ou trecho), contendo os seguintes elementos e diretrizes de engenharia:

· **Configuração Transversal:** Seção transversal detalhada, indicando a largura e o tipo de revestimento da calçada, bem como a largura e a caracterização da área permeável, em conformidade com as diretrizes municipais de sustentabilidade e drenagem urbana.

· **Perfil Longitudinal e Acessibilidade:** Seção longitudinal, indicando declividade, a localização e o dimensionamento de guias rebaixadas, acessos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em estrita observância à ABNT NBR 9050, e a locação de árvores quando solicitado, harmonizando paisagismo com infraestrutura.

· **Cálculo de Terraplenagem:** Para o cálculo do volume de terraplenagem no passeio, deverão ser considerados e correlacionados os dados e informações provenientes do estudo topográfico de alta precisão, do projeto geométrico da via e do projeto de

dimensionamento do pavimento da calçada.

Projeto de Muros de Arrimo: Excelência Técnica e Fundamentação Geotécnica:

Quando as condições topográficas ou geotécnicas do terreno tornarem necessária a projeção de muros de arrimo para acomodação dos passeios e contenção de taludes, estes deverão ser desenvolvidos com o mais elevado padrão de **excelência técnica e rigor de engenharia**.

- O projeto executivo de cada muro de arrimo deverá ser obrigatoriamente acompanhado de **toda a documentação técnica integral e pertinente às normas brasileiras vigentes** (ABNT), incluindo, mas não se limitando a:

- Memórias de cálculo estrutural detalhadas, com dimensionamento de todos os elementos estruturais (cortina, fundação, drenos, etc.).

- Desenhos técnicos completos com detalhes construtivos e de armaduras.

Relatórios das sondagens SPT (Standard Penetration Test) e/ou outras sondagens geotécnicas complementares, realizadas especificamente para cada local de intervenção, devidamente interpretadas e correlacionadas ao dimensionamento das fundações e da estrutura de contenção. A ausência ou inconsistência desta documentação será fator impeditivo para a aprovação do projeto e, conseqüentemente, da medição correspondente.

Sistema de Drenagem Associado: Um cuidado especial deverá ser tomado no dimensionamento e na execução do sistema de drenagem profunda e superficial, especialmente nas paredes laterais (muros de arrimos), a fim de se evitar o transbordo de água para as estruturas de contenção e para a superfície de rolamento, assegurando a funcionalidade e a longevidade da infraestrutura.

Rampas de Acessibilidade PNE: Deverão ser representados em projeto e detalhados os locais em que serão executadas as rampas para acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Estas rampas deverão estar localizadas nas esquinas, incluindo as golas das vias transversais e posicionadas estrategicamente antes das bocas de lobo, de modo a evitar acúmulo de água sobre as mesmas e garantir a segurança do usuário.

Alargamento de Passeios para Manobra: Os passeios adjacentes às rampas de acessibilidade, em atenção à ABNT NBR 9050, deverão ser alargados de modo a permitir o giro de cadeirantes nas dimensões apresentadas em detalhe específico a ser fornecido e/ou validado pela SMIP.

Intervenções em Passeios Existentes: Nos trechos com restauração de pavimento existente e capeamento ou recapeamento que já possuem passeios, os mesmos deverão estar devidamente cotados nos trechos a serem recuperados ou remanejados. Nestas áreas, deverão ser previstas as rampas para acessibilidade de acordo com a NBR 9050, mesmo que não existam atualmente.

Escala de Apresentação: A escala de apresentação dos projetos de passeios deverá ser 1:500.

B.11 Projeto de paisagismo

O projeto de paisagismo deverá transcender a mera concepção estética, configurando-se como um componente estratégico da infraestrutura urbana, com foco na sustentabilidade, funcionalidade e resiliência. As diretrizes para sua elaboração incluem:

Insumos e Seleção de Espécies: A seleção e o dimensionamento das espécies vegetais a serem implantadas deverão ser criteriosamente planejados, considerando a adaptação edafoclimática local, o baixo consumo hídrico, o porte adequado para o ambiente urbano (evitando conflitos com edificações e infraestruturas), e a ausência de riscos de danos às redes subterrâneas e aéreas. Deverão ser especificados os insumos de plantio, a designação botânica completa das espécies, e o detalhamento técnico dos acessórios de proteção e estabelecimento (ex: tutores, grades de proteção, sistemas de irrigação inicial, proteções radiculares), em estrita conformidade com as orientações técnicas e normativas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e demais órgãos ambientais competentes.

Gestão de Interferências e Compatibilização de Redes: A elaboração dos projetos de paisagismo exigirá uma análise preditiva e minuciosa das interferências existentes, sejam elas aéreas ou subterrâneas. Isso inclui, mas não se limita a:

Árvores existentes (com proposta de manejo, remanejamento ou supressão fundamentada, quando aplicável);

Postes e fiações (iluminação pública, telecomunicações, energia elétrica);

Caixas e redes de concessionárias de serviços públicos (água, esgoto, gás, eletricidade, telecomunicações, dados);

Restrições de largura dos passeios e recuos obrigatórios.

O projeto deverá propor **soluções integradas e compatibilizadas** que evitem conflitos com as infraestruturas existentes, minimizem remanejamentos custosos e garantam a segurança operacional e a manutenção das redes. Será exigida a **comprovação da consulta e compatibilização prévia com as respectivas concessionárias e órgãos responsáveis** pelas infraestruturas impactadas, visando assegurar a funcionalidade urbana, a segurança dos cidadãos e a resiliência do sistema, transformando o espaço público em um ativo de valor agregado e sustentável.

B. 12. Projetos Complementares: Engenharia de CONTENÇÃO, Fundações e Obras de Arte Especiais

Os Projetos Complementares são elementos críticos para a viabilidade e a segurança da implantação da pavimentação e urbanização, contemplando soluções de engenharia que visam mitigar riscos geotécnicos e estruturais advindos das condições do terreno e das interações com a infraestrutura existente. A sua execução é mandatória sempre que as condições topográficas, geológicas, geotécnicas ou hidrológicas assim exigirem, garantindo a estabilidade das obras e a segurança dos usuários.

Para cada Projeto Complementar identificado como necessário, a Contratada deverá apresentar:

Estudos Geotécnicos: Investigação do subsolo específica e dimensionada para cada tipo de estrutura proposta, em estrita conformidade com as normas

técnicas pertinentes.

- **Projeto Executivo Completo:** Detalhamento técnico-executivo da solução, incluindo memórias de cálculo, plantas, cortes, detalhes, especificações de materiais e procedimentos construtivos.
- **ART Específica:** Anotação de Responsabilidade Técnica para cada Projeto Complementar, assinada pelo profissional habilitado.
- **Compatibilização Total:** Garantia de compatibilidade entre o Projeto Complementar e o Projeto de Pavimentação e Urbanização, assegurando a interoperabilidade e a ausência de conflitos.

A seguir, a detalhamento dos principais Projetos Complementares que podem ser exigidos:

B.12.1. Muros de Arrimo e Estruturas de Contenção de Solos

Finalidade: Contenção de massas de solo ou rocha, garantindo a estabilidade de taludes de corte ou aterro, ou a acomodação de desníveis.

Estudos Geotécnicos Necessários:

- **Sondagens SPT (Standard Penetration Test):** Mínimo de 1 (um) ponto de sondagem para cada 15m de extensão do muro ou fração, ou conforme complexidade geotécnica do local, atingindo profundidade mínima de 5 (cinco) metros abaixo da cota de assentamento das fundações. Conforme **ABNT NBR 6484:2020** (Solo – Sondagens de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio).
- **Ensaio de Laboratório:** Análise granulométrica, limites de Atterberg, umidade natural, peso específico dos solos investigados. Ensaio de cisalhamento (direto ou triaxial) e compressão edométrica, conforme a necessidade e o tipo de solo.
- **Análise de Estabilidade de Taludes:** Quando aplicável, estudo de estabilidade da massa de solo e/ou rocha, considerando as cargas atuantes e as condições de contorno.

Projeto Executivo Requerido:

- **Memória de Cálculo:** Detalhamento do dimensionamento estrutural e geotécnico do muro, contemplando as cargas atuantes (permanentes, variáveis, vento, sísmica, empuxos de terra ativos e passivos), verificação de tombamento, deslizamento, capacidade de carga da fundação e estabilidade global.
- **Desenhos Técnicos:** Plantas, cortes, elevações e detalhes construtivos (formas, armaduras, juntas de dilatação/contração), escala compatível que permita a perfeita execução (mínimo 1:50 ou 1:25 para detalhes).
- **Sistema de Drenagem:** Detalhamento completo do sistema de drenagem interna (drenos profundos, barbacãs, colchões drenantes) e externa (canaletas, caixas de passagem), essencial para a dissipação da pressão hidrostática.
- **Especificações de Materiais:** Descrição e quantificação detalhada dos materiais a serem empregados (concreto, aço, gabiões, solo cimento, etc.) e seus respectivos requisitos de qualidade.
- **Normas Aplicáveis:** **ABNT NBR 11682:2009** (Estabilidade de Encostas), **ABNT NBR 6118:2023** (Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento), **ABNT NBR 6122:2022** (Projeto e Execução de

Fundações).

B.12.2. Projetos de Estabilização de Taludes (Solo Grampeado, Tirantes, Revestimento Vegetal, etc.)

Finalidade: Garantir a segurança e estabilidade de cortes e aterros de maior porte, prevenindo escorregamentos, desagregações e erosão.

Estudos Geotécnicos Necessários:

- **Sondagens Complementares:** SPT, CPT (Cone Penetration Test), DPL (Dynamic Probing Light), Piezômetros para monitoramento do nível d'água, ensaios de permeabilidade.
- **Ensaio de Laboratório:** Adicionais aos de sondagem, incluindo análises de compressibilidade e resistência ao cisalhamento em condições saturadas e não saturadas.
- **Análise de Estabilidade Detalhada:** Modelagem numérica e/ou métodos clássicos para determinação do fator de segurança do talude, considerando as técnicas de estabilização propostas.

Projeto Executivo Requerido:

- **Memória de Cálculo:** Dimensionamento das soluções de estabilização (solo grampeado, cortinas atirantadas, muros de peso, geossintéticos), incluindo justificativa técnica da escolha.
- **Detalhes Construtivos:** Desenhos com localização, comprimento, inclinação e detalhes de ancoragem dos grampos/tirantes, sistemas de drenagem profunda (drenos sub-horizontais) e superficial, detalhes de faces e acabamento.
- **Monitoramento:** Plano de instrumentação e monitoramento geotécnico (incluindo piezômetros, inclinômetros, pinos de recalque, marcos topográficos) durante e após a execução, conforme a **ABNT NBR 11682:2009**.
- **Especificações:** Detalhamento dos materiais e procedimentos de execução (sequência de escavação e aplicação dos elementos de contenção).

B.12.3. Obras de Arte Especiais (OAEs) - Pontes, Viadutos, Passarelas e Galerias de Grande Porte

Finalidade: Transposição de obstáculos naturais (rios, córregos) ou artificiais (vias, ferrovias), e para passagem de grandes volumes de água.

Estudos Geotécnicos Necessários:

- **Sondagens Múltiplas:** Deverão estar incluídas quaisquer sondagens necessárias para elaboração do projeto executivo como SPT, Sondagens a Percussão com Medida de Torque (SPT-T), Sondagens Rotativas (para maciços rochosos), ensaios de piezocone (CPT/CPTu) e ensaios sísmicos (downhole/crosshole) para determinação de parâmetros de deformabilidade. As sondagens deverão atingir profundidades que permitam caracterizar a camada de apoio das fundações com segurança e prever a ocorrência de fenômenos geológicos.
- **Ensaio de Laboratório:** Determinação de parâmetros geotécnicos e geomecânicos específicos para fundações profundas e interação solo-estrutura.

Projeto Executivo Requerido:

- **Memória de Cálculo Estrutural:** Dimensionamento completo da superestrutura (tabuleiro), mesoestrutura (pilares, encontros, transversinas) e infraestrutura (fundações diretas ou profundas), considerando todas as ações (permanentes, variáveis, especiais, acidentais, vento, sismo, térmicas, deformações impostas), conforme as **ABNT NBR 6118:2023** (Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento), **ABNT NBR 7187:2021** (Projeto de Pontes de Concreto Armado e Protendido – Procedimento) e **ABNT NBR 6122:2022** (Projeto e Execução de Fundações).
- **Desenhos Técnicos:** Plantas de forma e armadura (detalhes de vigas, lajes, pilares, blocos, estacas, sapatas), detalhes de aparelhos de apoio, juntas de dilatação, guarda-corpos, sistemas de drenagem da estrutura, acessos para inspeção e manutenção. Escalas compatíveis (ex: 1:100 para plantas, 1:25 para detalhes de armadura).
- **Especificações de Materiais:** Concreto, aço, aparelhos de apoio, tubulações, etc.
- **Cronoexecução:** Apresentação da sequência construtiva e etapas relevantes.

B.12.4. Projetos de Microdrenagem e Drenagem Profunda (quando além da macro-drenagem e integrada ao sistema viário)

Finalidade: Coleta e escoamento das águas pluviais de forma eficiente, evitando alagamentos e protegendo a infraestrutura da pavimentação.

Estudos Necessários:

- **Dados Hidrológicos:** Coleta e análise de dados pluviométricos (intensidade, duração, frequência), determinação das bacias de contribuição.
- **Estudos Geotécnicos:** Caracterização da permeabilidade dos solos para dimensionamento de dispositivos infiltrantes e determinação do nível do lençol freático para projetos de drenagem profunda.

Projeto Executivo Requerido:

- **Cálculos Hidráulicos:** Dimensionamento de sarjetas, caixas coletoras (bocas de lobo/leão), tubulações, poços de visita, dissipadores de energia.
- **Traçado em Planta e Perfil:** Representação do sistema em planta, com indicação de diâmetros, declividades, comprimentos e cotas. Seções transversais detalhadas dos elementos.
- **Detalhes Construtivos:** Desenhos de peças especiais, conexões, caixas e dispositivos de limpeza e inspeção.
- **Especificações de Materiais:** Tipo de tubulação, grelhas, caixas pré-moldadas, etc.
- **Normas Aplicáveis:** DER/PR ES-D 12/18 – Drenagem: Dispositivos de Drenagem Pluvial Urbana; DNIT Publicação IPR – 736: ÁLBUM DE PROJETOS-TIPO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM.

B. 13. Memoriais Descritivos, Quantificação e Especificações Técnicas: A Base da

Gestão do Empreendimento

Este conjunto de documentos representa a fundamentação técnica e quantitativa do projeto, servindo como base para a orçamentação, planejamento executivo, controle de qualidade e fiscalização. A sua elaboração deverá ser meticulosa, abrangente e alinhada às melhores práticas de engenharia e gestão de projetos.

B.13.1. Planta Quantitativa Analítica (Memorial de Cálculo Gráfico)

Este documento cartográfico será a base para a quantificação precisa de todos os elementos do projeto e para o controle financeiro da obra. Deverá apresentar, de forma clara e auditável, por quadra ou trecho de intervenção, as seguintes informações:

- **Geometria de Referência:** Extensão de meio-fio a ser executado, remanejado e/ou removido, com indicação precisa das áreas e volumes.
- **Áreas de Superfície:** Áreas planimétricas do pavimento, passeio, grama e demais superfícies, devidamente segregadas por tipo de material e acabamento.
- **Elementos Pontuais:** Quantificação de elementos como número de árvores a serem plantadas/remanejadas/removidas e rampas de acessibilidade propostas, com sua localização exata.
- **Estruturas e Contensões:** Indicação e quantificação de muros/cercas projetados, muros de arrimo, estruturas de contenção e demais elementos estruturais que comporão o orçamento, com respectivas extensões e volumes.
- **Intervenções em Elementos Existentes:** Destaque claro e preciso das áreas e volumes de remoção e/ou remanejamento de pavimento, cercas e/ou muros existentes, com a finalidade de otimizar a gestão de resíduos e planejar a logística da obra.
- **Demais Elementos Quantificáveis:** Inclusão de quaisquer outros elementos que demandem quantificação para fins orçamentários, garantindo a completude e a transparência na composição de custos.

A **Planta Quantitativa Analítica** deverá ser elaborada de forma a permitir a fácil verificação e validação dos quantitativos, servindo como ferramenta essencial para a fiscalização da medição física da obra.

B.13.2. Memorial Descritivo e Estratégia Executiva

Este memorial deverá constituir uma narrativa técnica abrangente de toda a concepção do projeto e da metodologia de sua implantação. Deverá incluir:

- **Descrição Abrangente dos Serviços:** Detalhamento de todos os serviços necessários para a plena implantação da obra, desde as etapas preliminares até o acabamento final e o plano de desmobilização.
- **Método Executivo Detalhado (Sequência Lógica):** Apresentação da sequência lógica e otimizada das etapas construtivas, incluindo métodos, equipamentos e procedimentos para cada fase da obra. Este item deve demonstrar a estratégia da Contratada para garantir a eficiência operacional, a segurança dos trabalhadores e do público, a minimização de impactos ambientais e a otimização dos prazos.
- **Filosofia de Projeto e Soluções Adotadas:** Justificativa técnica das escolhas de engenharia, materiais e soluções adotadas em cada

componente do projeto, incluindo os projetos complementares, evidenciando a busca por desempenho, durabilidade e sustentabilidade.

· **Crítérios de Desempenho:** Estabelecimento de critérios de desempenho esperados para os diversos componentes da obra, que servirão como base para a aceitação dos serviços.

B.13.3. Especificações Técnicas e Plano de Controle de Qualidade

Este documento é a garantia de que a execução da obra atingirá os padrões de qualidade e desempenho exigidos, assegurando a durabilidade e a funcionalidade da infraestrutura. Deverá conter:

· **Especificações Técnicas de Serviços:** Detalhamento minucioso dos requisitos técnicos para cada serviço, material e equipamento a ser empregado na execução da obra. Como *baseline*, deverão ser adotadas as especificações técnicas do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR). Contudo, a Contratante reserva-se o direito de exigir especificações complementares ou mais rigorosas, caso as especificações do DER/PR se mostrem insuficientes para as necessidades específicas do projeto ou para atender a padrões de excelência e inovações tecnológicas.

· **Plano de Controle de Qualidade (PCQ):** Detalhamento dos procedimentos de controle de qualidade a serem implementados em todas as fases da obra, incluindo:

- **Ensaio e Testes:** Definição dos tipos de ensaios e testes a serem realizados em laboratório e em campo (ex: ensaios de compactação, de resistência do concreto, de qualidade dos materiais asfálticos), suas frequências, metodologias e padrões de aceitação, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis (ABNT).
- **Crítérios de Conformidade:** Parâmetros de aceitação e não-conformidade para os materiais e serviços.
- **Rastreabilidade:** Métodos para garantir a rastreabilidade dos materiais desde a origem até a aplicação na obra.
- **Documentação e Registros:** Detalhamento do sistema de registro e arquivamento de todos os resultados de testes, inspeções e não-conformidades.

B. 14. Orçamento global e por rua ou trecho

Um orçamento de obra é um documento que detalha os custos estimados de todos os elementos e etapas necessárias para a execução de um projeto de construção. Ele fornece uma visão geral dos custos envolvidos na obra e serve como base para o planejamento financeiro e controle dos gastos. Aqui está uma descrição geral dos principais itens incluídos em um orçamento de obra:

- a) Memoriais descritivos;
- b) Planilhas de quantidades;
- c) Planilha de custos unitários;

- d) Composição de custos diretos;
- e) Composição de custos indiretos;
- f) Curva ABC;
- g) Cronograma;
- h) Resumo do orçamento;
- i) Definição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);
- j) Obediência a Normas de órgãos especializados e acórdãos de Tribunais de Contas.
- k) Orçamento Analítico e sintético.
- l) Demais planilhas e arquivos provenientes dos modelos atualizados das planilhas referência (planilha múltipla base SINAPI (CAIXA) e planilha de serviços de infraestrutura bases DER (Secid- Paraná Cidade))
- m) Deverá ser consultado a SMIP para verificação de qual tabela oficial utilizar para cada projeto contratado.

ENTREGA DOS PROJETOS

Para assegurar a perenidade dos dados, a interoperabilidade das informações e a plena governança sobre os ativos digitais e técnicos gerados, a entrega dos produtos deste contrato deverá observar rigorosamente as seguintes diretrizes:

Validação da Responsabilidade Técnica e Conformidade Legal:

Cada projeto deverá ser acompanhado da respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, devidamente registrada no conselho profissional competente, atestando a regularidade e a autoria.

A versão final de cada projeto deverá conter a **assinatura digital/eletrônica do responsável técnico**, conforme legislação vigente, garantindo a autenticidade e a rastreabilidade.

Estrutura de Entrega e Redundância de Mídias:

As entregas deverão ser realizadas em múltiplos formatos e mídias, garantindo redundância, acessibilidade e durabilidade dos dados:

Volume 1 – Relatório Executivo: Em formato A4, contendo a descrição sucinta dos estudos desenvolvidos e os resultados obtidos. Este volume será entregue em formato digital (PDF pesquisável) e, se solicitado pela Contratante, em via física impressa.

Volume 2 – Projeto Executivo Digital Integrado: Contendo a versão final e completa dos projetos executivos (pranchas e documentos), nos formatos A1, A3 e A4. Este volume deverá ser entregue em:

A. Repositório Cloud Oficial: Disponibilizado em plataforma de

nuvem a ser indicada ou gerida pela Contratante, com credenciais de acesso permanentes e controle de versões. Esta plataforma servirá como ambiente de colaboração e repositório primário.

B. Backup Estratégico em Mídia Sólida: Uma cópia integral e idêntica de **todos os arquivos digitais finais e editáveis** (incluindo, mas não se limitando a, extensões .DWG, .PDF, e todos os arquivos nativos originais de projeto, como .DGN, .RVT, etc.) deverá ser entregue em **unidade de estado sólido (SSD)**, preferencialmente nova e de marca reconhecida, para assegurar a longevidade e a segurança do acervo municipal.

Volume 3 – Projeto Executivo Físico (Sob Demanda): Sem prejuízo das entregas digitais, a Contratante reserva-se o direito de **solicitar, a qualquer momento e com prazo de 10 (dez) dias úteis para entrega**, cópias físicas (impressas) de qualquer volume ou parte do projeto, nos formatos e dimensões originais (A1, A3 e A4), com encadernação adequada (garra ou espiral), sem custo adicional.

Padronização Técnica e Formato:

Os desenhos deverão ser elaborados no modelo de prancha A1 como padrão geral para todos os projetos, salvo especificação diversa da Contratante.

Os textos deverão ser formatados para leitura em tamanho A4, seguindo as normas da ABNT, com fonte Arial 12 e espaçamento 1.

Critérios de Medição e Aprovação Final:

A **medição dos serviços e o consequente processamento de pagamento** estarão intrinsecamente vinculados à **aprovação formal e integral de todas as entregas** estipuladas neste Termo de Referência. A inobservância, entrega incompleta ou inconsistente dos produtos, em especial a não conformidade ou não editabilidade dos arquivos digitais finais, gerará pendência impeditiva da medição até a regularização.

ANEXO IV

Tabela Referencial de Preços

Tabela Referencial para Disputa do Certame

			Subproduto						
Produtos	Subprodutos	Fonte	Data-base	Referência	Unidade	Valor (Unidade)	BDI	Valor Subproduto	Valor Final do Produto
Etapa 1									
Equipe Fixa de Projetos de Engenharia	Equipe Fixa Técnica de Projeto de Engenharia	GOINFRA	01/06/2025	01.A-A	quilômetro	8.620,82	45,11%	12.509,67	13.256,35
	Equipe Fixa Administrativa de Projeto de Engenharia	GOINFRA	01/06/2025	01.A-B	quilômetro	514,56	45,11%	746,68	
Estudos Topográficos	Levantamento Planialtimétrico	GOINFRA	01/06/2025	05B	quilômetro	3.659,95	45,11%	5.310,95	6.672,51
	Processamento de Dados Brutos	GOINFRA	01/06/2025	05C	quilômetro	174,19	45,11%	252,77	
	Elaboração de Plantas Topográficas	GOINFRA	01/06/2025	05D	quilômetro	348,38	45,11%	505,53	
	Elaboração de Relatório de Estudos Topográficos	GOINFRA	01/06/2025	05E	quilômetro	415,72	45,11%	603,25	
Estudos de Tráfego	Estimativa Preliminar de Tráfego Atual e Futuro	GOINFRA	01/06/2025	06A	quilômetro	69,67	45,11%	101,10	2.196,52
	Coleta de Dados Existentes e Complementares (contagem de tráfego)	GOINFRA	01/06/2025	06B	quilômetro	1.269,84	45,11%	1.842,66	
	Tratamento dos Dados e Elaboração do Estudo	GOINFRA	01/06/2025	06C	quilômetro	104,51	45,11%	151,65	
	Elaboração do Relatório de Estudo de Tráfego	GOINFRA	01/06/2025	06D	quilômetro	69,67	45,11%	101,10	
Estudos Hidrológicos	Estudo Hidrológico para Intervenções e Obras em Corpos Hídricos	SANEPAR	01/12/2024	54008001	unidade	3.739,55	45,11%	5.426,46	5.426,46
Estudos Geotécnicos	Sondagem e Coleta de Material de Subleito	GOINFRA	01/06/2025	10A	quilômetro	805,35	45,11%	1.168,64	9.823,28
	Sondagem e Coleta de Material de Empréstimos	GOINFRA	01/06/2025	10B	quilômetro	1.163,30	45,11%	1.688,06	
	Sondagem e Coleta de Material de Jazidas	GOINFRA	01/06/2025	10C	quilômetro	898,75	45,11%	1.304,18	
	Sondagem Rotativa	GOINFRA	01/06/2025	10D	quilômetro	379,46	45,11%	550,63	
	Sondagem e Coleta de Material de Pedreira e Areal	GOINFRA	01/06/2025	10E	quilômetro	324,22	45,11%	470,48	
	Ensaio Geotécnicos	GOINFRA	01/06/2025	10F	quilômetro	3.024,27	45,11%	4.388,52	
Projeto de Terraplanagem	Elaboração do Relatório de Estudos Geotécnicos	GOINFRA	01/06/2025	10G	quilômetro	174,19	45,11%	252,77	2.314,10
	Classificação de Materiais e Quadro de Distribuição de Massa (QDM)	GOINFRA	01/06/2025	11A	quilômetro	522,57	45,11%	758,30	
	Elaboração de Desenhos (Planta Geral, Desenhos Esquemáticos, Linear de Distribuição, Seções Transversais)	GOINFRA	01/06/2025	11B	quilômetro	643,29	45,11%	933,48	
	Elaboração do Relatório e Volume do Projeto de Terraplanagem	GOINFRA	01/06/2025	11C	quilômetro	428,86	45,11%	622,32	
Projeto Geométrico e Interseções	Projeto Planimétrico	GOINFRA	01/06/2025	08A	quilômetro	418,06	45,11%	606,65	1.676,11
	Projeto Altimétrico	GOINFRA	01/06/2025	08B	quilômetro	418,06	45,11%	606,65	
	Notas de Serviço - Volume - Seção Transversal	GOINFRA	01/06/2025	08C	quilômetro	104,51	45,11%	151,65	
	Elaboração de Desenhos, Relatório e Volume de Projeto Geométrico	GOINFRA	01/06/2025	08D	quilômetro	214,43	45,11%	311,16	
Etapa 2									
Projeto de Pavimentação	Definição dos Parâmetros do Projeto	GOINFRA	01/06/2025	12A	quilômetro	417,13	45,11%	605,30	2.956,95
	Pré-dimensionamento	GOINFRA	01/06/2025	12C	quilômetro	593,88	45,11%	861,78	
	Memorial de Cálculo e Quantitativos	GOINFRA	01/06/2025	12D	quilômetro	475,11	45,11%	689,43	
	Elaboração de Desenhos	GOINFRA	01/06/2025	12E	quilômetro	337,18	45,11%	489,28	
Projeto de Drenagem	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Pavimentação	GOINFRA	01/06/2025	12F	quilômetro	214,43	45,11%	311,16	1.279,48
	Levantamento dos Dados e Estudos Preliminares	GOINFRA	01/06/2025	13A	quilômetro	69,67	45,11%	101,10	
	Delimitação das Bacias de Drenagem (Planta das Bacias de Drenagem)	GOINFRA	01/06/2025	13B	quilômetro	139,35	45,11%	202,21	
	Definição das Soluções de Drenagem e Pré-dimensionamento	GOINFRA	01/06/2025	13C	quilômetro	69,67	45,11%	101,10	
	Dimensionamento das Estruturas de Drenagem Projetada e Verificação de Suficiência Hidráulica das Obras Existentes	GOINFRA	01/06/2025	13D	quilômetro	69,67	45,11%	101,10	
	Detalhamento dos Dispositivos de Drenagem em Planta/Perfil	GOINFRA	01/06/2025	13E	quilômetro	428,86	45,11%	622,32	
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Drenagem	GOINFRA	01/06/2025	13F	quilômetro	104,51	45,11%	151,65	
Projeto de Sinalização e Obras Complementares	Definição dos Parâmetros de Projeto	GOINFRA	01/06/2025	14A	quilômetro	69,67	45,11%	101,10	1.209,42
	Pré-dimensionamento	GOINFRA	01/06/2025	14C	quilômetro	278,70	45,11%	404,42	
	Elaboração dos Desenhos	GOINFRA	01/06/2025	14B	quilômetro	310,89	45,11%	451,13	

	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Sinalização e Obras Complementares	GOINFRA	01/06/2025	14D	quilômetro	174,19	45,11%	252,77	
Projeto Estrutural de Obra de Arte Especial (OAE)	Levantamento dos Dados e Estudos Preliminares de OAE	GOINFRA	01/06/2025	23A	metro	34,83	45,11%	50,54	921,77
	Concepção de Soluções para OAE	GOINFRA	01/06/2025	23B	metro	107,21	45,11%	155,57	
	Projeto Executivo da OAE	GOINFRA	01/06/2025	23C	metro	257,31	45,11%	373,38	
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto da OAE	GOINFRA	01/06/2025	23D	metro	235,87	45,11%	342,27	
Projeto Estrutural de Bueiro Simples Celular de Concreto (BSCC)	Levantamento e Estudos Preliminares de BSCC	GOINFRA	01/06/2025	24A	unidade	544,35	45,11%	789,91	6.807,17
	Projeto Estrutural de BSCC	GOINFRA	01/06/2025	24B	unidade	1.708,84	45,11%	2.479,70	
	Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BSCC	GOINFRA	01/06/2025	24C	unidade	2.437,85	45,11%	3.537,56	
Projeto Estrutural de Bueiro Duplo Celular de Concreto (BDCC)	Levantamento e Estudos Preliminares de BDCC	GOINFRA	01/06/2025	25A	unidade	544,35	45,11%	789,91	8.544,96
	Projeto Estrutural de BDCC	GOINFRA	01/06/2025	25B	unidade	2.362,06	45,11%	3.427,59	
	Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BDCC	GOINFRA	01/06/2025	25C	unidade	2.982,20	45,11%	4.327,47	
Projeto Estrutural de Bueiro Triplo Celular de Concreto (BTCC)	Levantamento e Estudos Preliminares de BTCC	GOINFRA	01/06/2025	30A	unidade	1.088,70	45,11%	1.579,81	11.072,66
	Projeto Estrutural de BTCC	GOINFRA	01/06/2025	30B	unidade	3.015,28	45,11%	4.375,47	
	Elaboração de Relatório e Volume de Projeto de BTCC	GOINFRA	01/06/2025	30C	unidade	3.526,55	45,11%	5.117,38	
Documentação para DUP	Identificação dos Proprietários dos Imóveis a serem Desapropriados	GOINFRA	01/06/2025	09A	quilômetro	350,84	45,11%	509,10	1.843,65
	Plantas de Desapropriação	GOINFRA	01/06/2025	09B	quilômetro	102,17	45,11%	148,26	
	Memoriais Descritivos de Limites e Confrontações	GOINFRA	01/06/2025	09C	quilômetro	51,08	45,11%	74,12	
	Avaliação de Custos (Estimativa)	GOINFRA	01/06/2025	09D	quilômetro	696,76	45,11%	1.011,07	
	Quadro Resumo de Áreas a Desapropriar	GOINFRA	01/06/2025	09E	quilômetro	69,67	45,11%	101,10	
Projeto de Desapropriação	Pesquisa de Mercado	GOINFRA	01/06/2025	15A	quilômetro	174,19	45,11%	252,77	758,30
	Elaboração do Relatório e Volume de Projeto de Desapropriação	GOINFRA	01/06/2025	15B	quilômetro	348,38	45,11%	505,53	
Projeto de Paisagismo	Elaboração do Projeto de Paisagismo	GOINFRA	01/06/2025	18A	quilômetro	223,29	45,11%	324,02	324,02
Projeto de Interferência de Iluminação e Rede Elétrica	Elaboração do Relatório de Interferência de Iluminação e Rede Elétrica	GOINFRA	01/06/2025	19A	quilômetro	190,28	45,11%	276,12	276,12
Orçamento e Memoriais de Cálculo Tabela SINAPI	Elaboração do Orçamento e Memoriais de Cálculo utilizando a tabela SINAPI	GOINFRA	01/06/2025	20A	quilômetro	659,59	45,11%	957,13	957,13
Orçamento e Memoriais de Cálculo Tabela DER-PR	Elaboração do Orçamento e Memoriais de Cálculo utilizando a tabela DER-PR	GOINFRA	01/06/2025	20A	quilômetro	659,59	45,11%	957,13	957,13
Cronograma e Planos de Execução	Elaboração de Cronograma e Planos de Execução	GOINFRA	01/06/2025	21A	quilômetro	348,38	45,11%	505,53	505,53
Projeto Executivo	Elaboração do Relatório e Volume do Projeto Executivo	GOINFRA	01/06/2025	22A	quilômetro	428,86	45,11%	622,32	622,32
Serviços Exclusivos para Obras de Arte Especiais ou Demanda Extraordinária									
Topografia	Levantamento Planialtimétrico Cadastral de Área: 0,00 m² a 1.000,00 m²	SANEPAR	01/12/2024	67001008	metro quadrado	1,32	45,11%	1,92	1,92
	Levantamento Planialtimétrico Cadastral de Área: 1.000,00 m² a 20.000,00 m²	SANEPAR	01/12/2024	67001009	metro quadrado	0,26	45,11%	0,38	0,38
	Levantamento Planialtimétrico Cadastral de Área: acima de 20.000,00 m²	SANEPAR	01/12/2024	67001010	metro quadrado	0,13	45,11%	0,19	0,19
Sondagem por SPT	Coleta de Amostra e Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68011001	metro	265,08	45,11%	384,66	384,66
Sondagem por Trado	Coleta de Amostra e Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68013001	metro	77,24	45,11%	112,08	112,08
Sondagem Rotativa	Coleta de Amostra e Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68012001	metro	275,08	45,11%	399,17	399,17
Ensaio de Granulometria	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015011	unidade	271,52	45,11%	394,00	394,00
Ensaio de Granulometria com Sedimentação	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015012	unidade	325,88	45,11%	472,88	472,88
Ensaio de Limite de Liquidez	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015013	unidade	169,72	45,11%	246,28	246,28
Ensaio de Limite de Plasticidade	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015014	unidade	152,71	45,11%	221,60	221,60
Ensaio de Umidade Natural	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015017	unidade	101,82	45,11%	147,75	147,75
CBR na Umidade Ótima	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015019	unidade	390,35	45,11%	566,44	566,44
Ensaio de Massa Específica Real de Grãos	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015015	unidade	322,43	45,11%	467,88	467,88
Ensaio de Massa Específica Aparente	Emissão de Laudo	SANEPAR	01/12/2024	68015016	unidade	135,76	45,11%	197,00	197,00

Estudo de Cotas de Inundação	Área da Bacia até 3,0 km²	SANEPAR	01/12/2024	54007001	unidade	5.183,80	45,11%	7.522,21	7.522,21
	Área da Bacia acima de 3,0 km²	SANEPAR	01/12/2024	54007002	unidade	5.817,64	45,11%	8.441,98	8.441,98

* Foi utilizado o BDI padrão do DNIT para serviços de consultoria